

Curso:

CURSO DE FORMAÇÃO 2025 - DIRETORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Instrutores:

**DANIEL RICARDO VERAS TINE DE
OLIVEIRA
JAMERSON BARBOSA DE SOUZA
SIMONE MELO SILVA DE SOUZA LEITE**



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

**PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE**



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



**GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA**

Quem somos?



- Servidor da SCGE desde 2015
- Ex-chefe de TCEsp
- Ex-Coordenador de Integridade e Correição
- Ex-Diretor de Integridade e Correição
- Desde maio/2023 Diretor de Informações Estratégicas e Prestação de contas



- Servidor da SCGE desde 2011
- Ex-chefe de Ações de Controle Preventivo
- Ex-chefe de Auditoria de Pessoal
- Ex-Coordenador de Orientação (período 2016-2021)
- Desde Janeiro/2023 Coordenador de Orientação



- Servidor da SCGE desde 2011
- Ex-chefe de Orientação e Prestação de Contas
- Ex-Coordenadora de Orientação
- Desde Janeiro/2023 Coordenadora do Laboratório de Inteligência de Dados de Controle



Função Controladoria



Controladoria é a função do controle interno que tem por finalidade orientar e acompanhar a gestão governamental, para subsidiar a tomada de decisões a partir da geração de informações de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público.





Função Controladoria - Diretrizes

- **Produzir informações gerenciais** utilizando as bases de dados disponíveis e implantar ferramentas para avaliar riscos e atuar na prevenção e combate à corrupção.
- **Orientar o gestor público de forma proativa ou provocada**, por meio de instruções normativas, manuais, cartilhas, sobre matérias relacionadas à execução dos atos administrativos com vistas à prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, corrupção e outras inadequações.
- **Monitorar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais**, inclusive com a elaboração e análise de cenários.
- **Monitorar o equilíbrio das contas públicas**, identificar os riscos que possam afetá-lo e propor ações preventivas e corretivas.





Identidade organizacional SCGE

Atuar como agente indutor de uma gestão pública estadual íntegra, transparente e efetiva.



MISSÃO



VISÃO

Consolidar-se, até 2027, como instituição imprescindível à gestão pública, com atuação resolutiva no cumprimento de sua missão, em benefício da sociedade.

- Transparência
- Integridade
- Ética
- Eficiência
- Valor Público
- Responsabilidade Social
- Colaboração e Integração



VALORES





Mapa da Estratégia - SCGE

planejamento
ESTRATÉGICO
2024.2027

Mapa Estratégico Organizacional

MISSÃO
Atuar como agente indutor de uma gestão pública estadual íntegra, transparente e efetiva.

VISÃO
Consolidar-se, até 2027, como instituição imprescindível à gestão pública, com atuação resolutiva no cumprimento de sua missão, em benefício da sociedade.

Secretaria da Controladoria Geral do Estado

GOVERNO DO
PERNAMBUCO
ESTADO DE PERNAMBUCO

VALORES

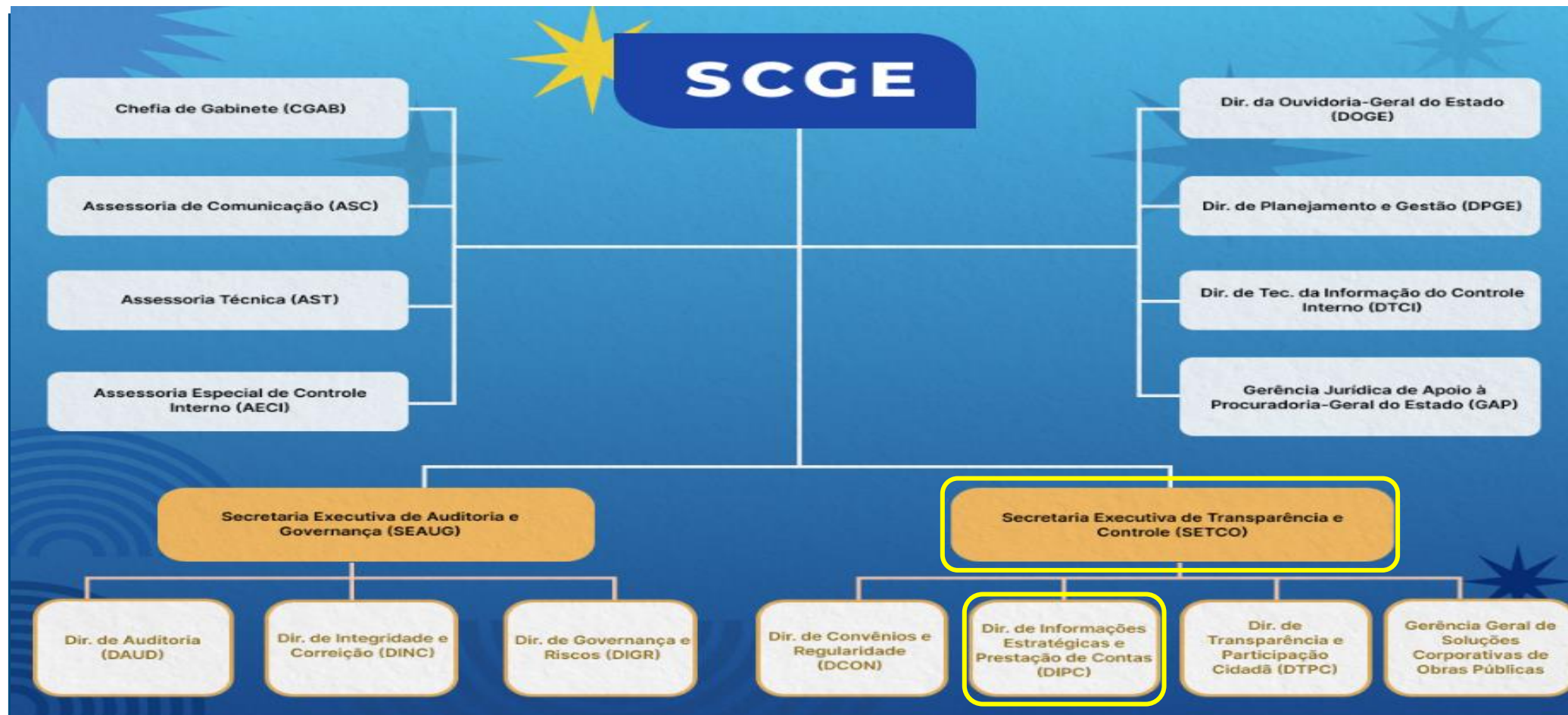
- Transparência
- Integridade e Ética
- Eficiência
- Valor Público
- Responsabilidade Social
- Colaboração e Integração

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2025

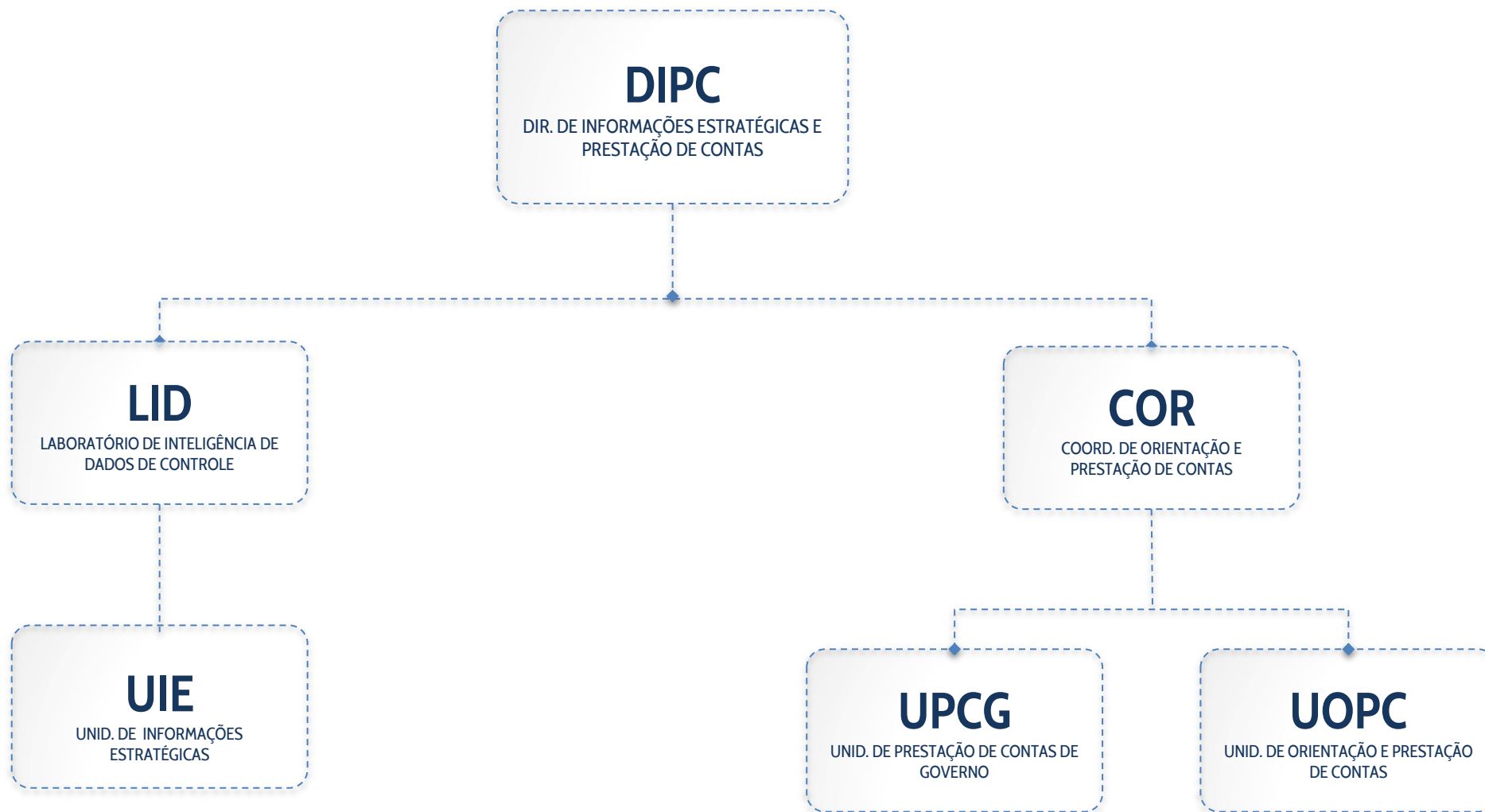
- Aperfeiçoar a auditoria interna ao padrão internacional.
- Aumentar a maturidade do poder executivo estadual em gestão de riscos estratégicos.
- Ampliar a transparência pública.
- Implementar o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual (SISCOR-PE).
- Implementar o Programa Pernambuco Mais Íntegro (PPMI).
- Implementar o Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias e Parcerias.
- Modernizar e desburocratizar o pagamento de suprimento individual e de fundos institucional.
- Fortalecer a governança na atuação de iniciativas prioritárias do poder executivo estadual.



Organograma da SCGE



Organograma da DIPC





SCGE - Prerrogativa DIPC

Diretoria de Informações Estratégicas e Prestação de Contas:

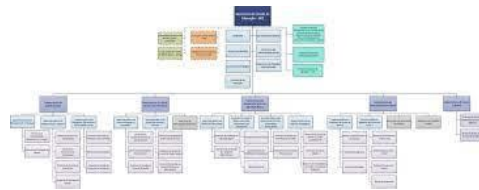
- prestação de contas do Poder Executivo Estadual;
- produção de informações estratégicas para auxiliar a tomada de decisão (limites, auditorias, investigações e etc);
- compor e defender, perante o Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas anuais de governo;
- avaliação da implementação das recomendações do Tribunal de Contas do Estado relacionadas às contas anuais de governo;



Clientes – SCGE/DIPC

Externos

Internos – Governo PE



Controladorias



LABORATÓRIO DE INTELIGÊNCIA DE DADOS DE CONTROLE



Instrutora:

SIMONE MELO SILVA DE SOUZA LEITE



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

**PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE**



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



**GOVERNO DE
PERNAMBUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ÍNDICE

Estrutura e
Competências

Trilhas de
auditoria em
programas
assistenciais

Geração de
informações
de inteligência

Produção de
informações
estratégicas
de receitas e
despesas
públicas



Laboratório
de Inteligência de
Dados de Controle



Estrutura do LID

Simone Melo - Coordenadora
Alexandre Mendes - Chefe



Alisson Procópio
Augusto Mendonça
Cristiane Ferreira
Fernanda Cerquinho

Carlos Mustafá
Daniella Vilaça





Laboratório de Inteligência de Dados de Controle

Laboratório de Inteligência de Dados de controle é uma unidade permanente de produção de informações estratégicas e monitoramento dos gastos públicos

FUNÇÕES

Subsidiar a tomada de decisões estratégicas dos gestores públicos

Identificar indícios ou riscos de irregularidades, fraude e/ou mau uso dos recursos públicos

A principal missão do LIDc é coletar, organizar e analisar dados, visando descobrir padrões que possam apoiar a tomada de decisões da alta administração e ampliar a eficácia das auditorias, fortalecendo a capacidade de identificação de riscos e irregularidades nas finanças públicas.





TRILHAS DE AUDITORIA EM PROGRAMAS ASSISTENCIAIS



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

OBJETIVO

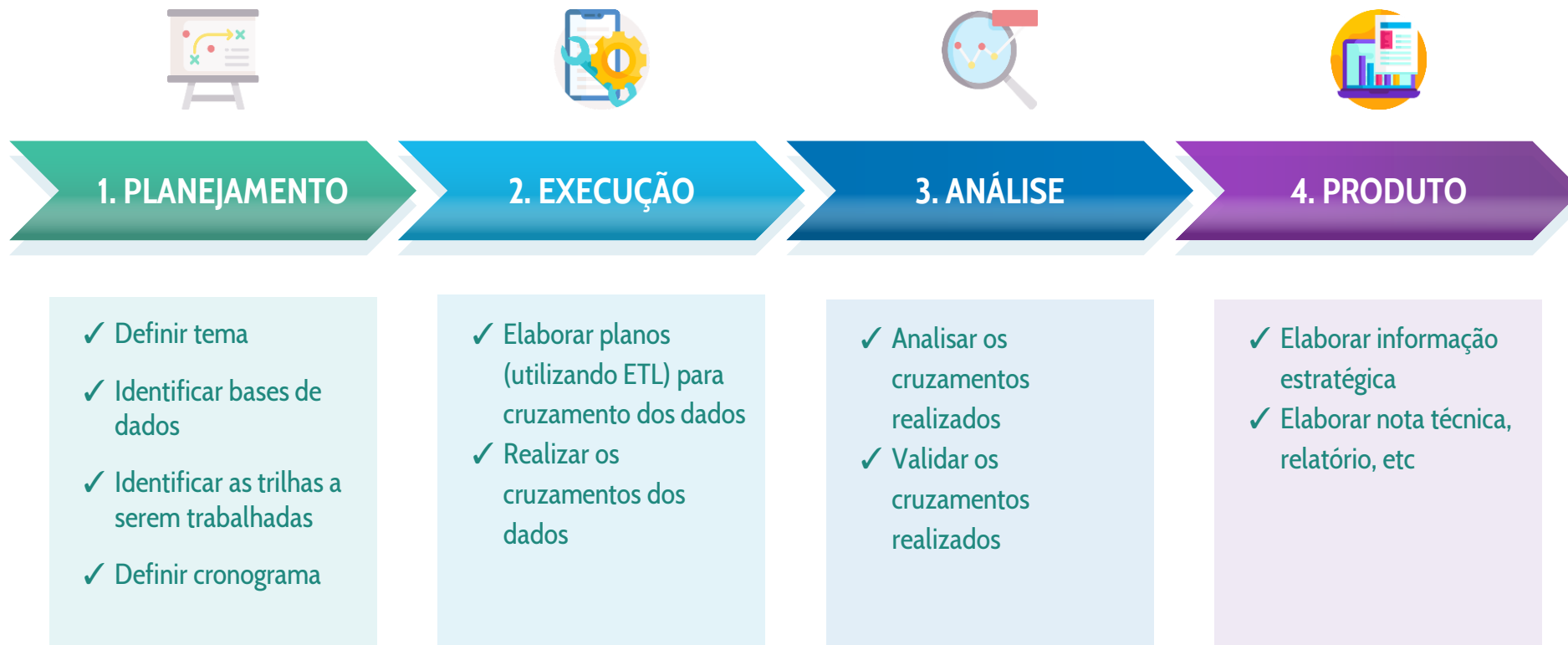
Validação da base de dados de potenciais beneficiários para concessão de auxílios sociais no Estado de Pernambuco, com objetivo de garantir o correto uso dos recursos arrecadados





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

METODOLOGIA





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

METODOLOGIA



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

1. PLANEJAMENTO



BASE DE DADOS	TRILHAS
Folha de pagamento do Estado de Pernambuco	Vínculo na folha de pagamento de Pernambuco
RAIS/CAGED	Vínculo empregatício privado
Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe); Receita Federal do Brasil	Sócios de empresas comerciais



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

BASE DE DADOS	TRILHAS
Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe);	Sócios de empresas comerciais
Receita Federal do Brasil	
Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA)	Proprietários de imóveis
	Consumo de água tratada
Módulo Pessoal (SAGRES) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE)	Servidores municipais ativos;
	Servidores municipais falecidos;
	Servidores municipais aposentados



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

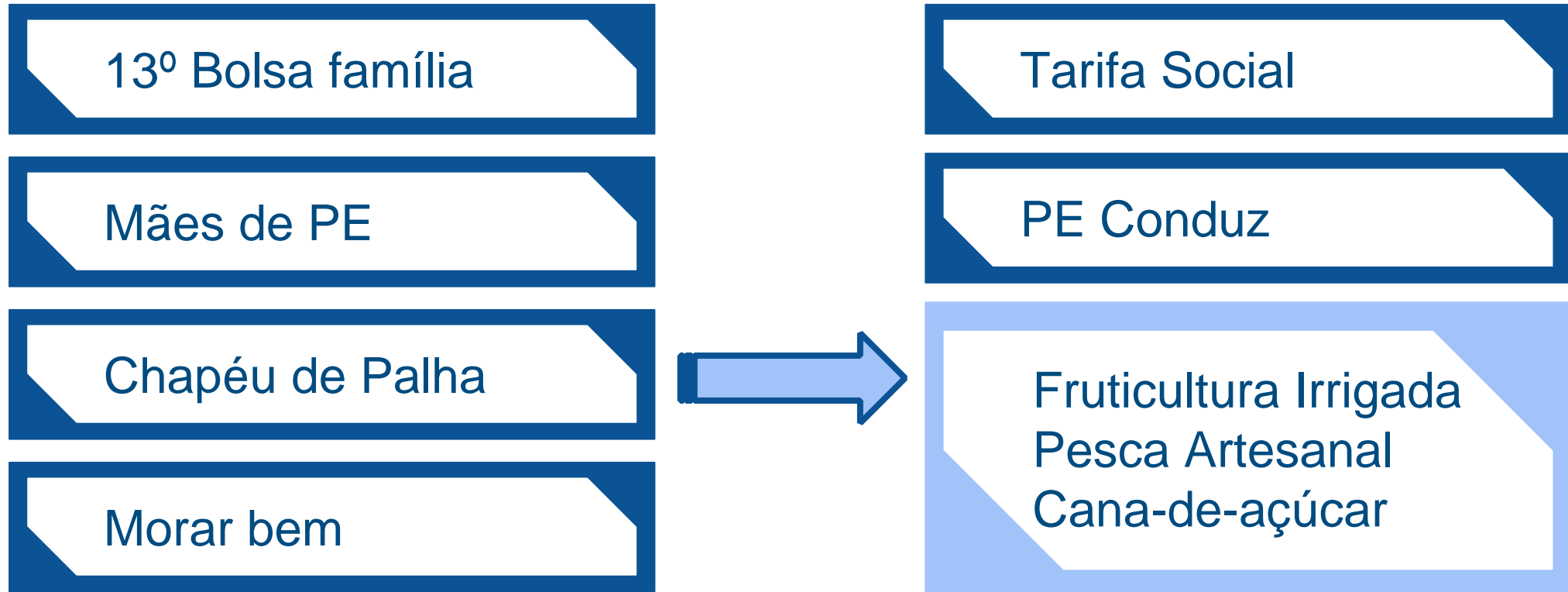
BASE DE DADOS	TRILHAS
Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)	Proprietários de veículos
Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi)	Óbitos
Cadastro Único	Renda superior ao limite do programa social
Base da SEFAZ/PE (consumo, faturamento e renda)	Consumo de energia elétrica
	Consumo (NF-c e NF-e) superior à renda
	Receita de maquineta





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

PROGRAMAS ASSISTÊNCIAS





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

13º BOLSA FAMÍLIA

- ☐ **Programa de Transferência de Renda a Famílias**
 - Lei Estadual 16.490, de 3 de dezembro de 2018
 - Decreto ESTADUAL nº 48.566, de 23 de janeiro de 2020
- ☐ Tem por **finalidade** o reforço da renda das unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família do governo federal
- ☐ Para fins de enquadramento como beneficiários do programa federal, faz-se necessário, como um dos requisitos para **percepção dos valores, que a renda per capita mensal da família seja igual ou inferior a R\$218,00**
- ☐ Pago **anualmente limitado a R\$ 150,00** por unidade beneficiária do Programa Bolsa Família





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

13º BOLSA FAMÍLIA - 2023

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Beneficiário do 13º do Bolsa Família presente na base de Servidores do Estado com valores recebidos na folha de pagamento/2022 (SAD-RH)	2.256
Beneficiário do 13º do Bolsa Família presente na base de Sócios de empresas (JUCEPE)	55.979
Beneficiário do 13º do Bolsa Família presente na base de Sócios de empresas (RFB)	884
Beneficiário do 13º do Bolsa Família cujo consumo médio mensal de energia é maior ou igual a 220 kWh	54.980
Beneficiário do 13º do Bolsa Família cujo consumo médio mensal de água é maior a 10 m3	43.370
Beneficiário do 13º do Bolsa Família com mais de um veículo em sua propriedade	42.758

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Beneficiário do 13º do Bolsa Família cujo consumo supera 80% do valor recebido pelo grupo familiar em adição ao valor do Bolsa Família	146.829
Beneficiário do 13º do Bolsa Família presente na base de Óbitos	469
Beneficiário do 13º do Bolsa Família presente na lista de CPF cancelados pelo Governo Federal	66.381
Total de inconsistência cadastral (com repetição de CPFs)	413.906
Total de inconsistência cadastral (sem repetição de CPFs)	334.965
Total de beneficiários do 13º do Bolsa Família	1.457.504
Percentual de beneficiários com inconsistência cadastral (sem repetição de CPF) em relação ao total de beneficiários do programa	22,98%





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

13º BOLSA FAMÍLIA - 2024

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Beneficiários com vínculo na folha de pagamento de Pernambuco (item 2.5.1)	2.249
Beneficiários sócios de empresas comerciais - Jucepe (item 2.5.2)	14.400
Beneficiários sócios de empresas comerciais - RFB (item 2.5.2)	6646
Beneficiários com consumo anual de energia superior a 2.640 kWh (item 2.5.3)	50.311
Beneficiários proprietários de imóveis (item 2.5.4)	15.401
Beneficiários com consumo de água tratada superior a 10m³ (item 2.5.5)	45.860
Beneficiários proprietários de veículos (item 2.5.6)	107.846
Beneficiários com consumo superior à renda (item 2.5.7)	294735
Beneficiários na base de óbitos (item 2.5.8)	15
Beneficiários inscritos no programa social morar bem (item 2.5.9)	10.849
Servidores municipais como beneficiários do programa 13º bolsa família (item 2.5.10)	5.499
Servidores municipais falecidos como beneficiários do programa 13º bolsa família (item 2.5.11)	46

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Servidores municipais aposentados como beneficiários do programa 13º bolsa família (item 2.5.12)	33
Servidores municipais recém-afastados como beneficiários do programa 13º bolsa família (item 2.5.13)	11.302
Beneficiárias falecidas inscritas no programa social mães de PE (item 2.5.14)	3
Beneficiários com receita de maquineta (item 2.5.15)	130.528
Beneficiários com faturamento anual superior a R\$2.616,00 (item 2.5.16)	104
Beneficiários com registro cancelado no CPF (item 2.5.17)	69.125
Beneficiários com renda superior ao limite do programa (item 2.5.18)	132.280
Total de inconsistência cadastral (com repetição de CPFs)	897.232
Total de inconsistência cadastral (sem repetição de CPFs)	645.795
Total de beneficiários do 13º do Bolsa Família	1.610.224
Percentual de beneficiários com inconsistência cadastral (sem repetição de CPF) em relação ao total de beneficiários do programa	40,11%



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais



R\$ 50 milhões
de economia
real

2023
9 trilhas

R\$ 96 milhões
de economia
real

2024
19 trilhas





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

CHAPÉU DE PALHA

- **Programa de auxílio ao trabalhador rural e de pesca na entressafra**
 - Lei Estadual nº 13.244/2007 (cana-de-açúcar)
 - Lei Estadual nº 13.766/2009 (fruticultura irrigada)
 - Lei Estadual nº 14.492/2011 (pesca artesanal)
- **Pagamento mensal por 5 meses:**
 - limitado a R\$ R\$ 373,08 (cana-de-açúcar e fruticultura irrigada)
 - limitado a R\$ R\$ 387,94 (pesca artesanal)





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

CHAPÉU DE PALHA

- Requisitos:
 - **Renda familiar mensal per capita igual ou inferior a R\$ 218,00**, que apresentem, em sua composição, gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos
 - Regras específicas por cultura



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

CHAPÉU DE PALHA

2023

DESCRIÇÃO	PESCA ARTESANAL	FRUTICULTURA IRRIGADA	CANA-DE-AÇÚCAR
Total de trilhas	6	4	9
Total de inconsistência cadastral (com repetição de CPFs)	2.808	2.210	1.596
Total de inconsistência cadastral (sem repetição de CPFs)	2.718	2.195	1.523
Total de beneficiários do PCP - PESCA ARTESANAL	6.284	4.125	11.796
Percentual de beneficiários com inconsistência cadastral (sem repetição de CPF) em relação ao total de beneficiários do programa	43,25%	53,21%	12,91%

2024

DESCRIÇÃO	PESCA ARTESANAL	FRUTICULTURA IRRIGADA	CANA-DE-AÇÚCAR
Total de trilhas	15	15	12
Total de inconsistência cadastral (com repetição de CPFs)	1.272	2.373	2.163
Total de inconsistência cadastral (sem repetição de CPFs)	1.069	2.069	2.040
Total de beneficiários do PCP - PESCA ARTESANAL	5.839	4.756	11.039
Percentual de beneficiários com inconsistência cadastral (sem repetição de CPF) em relação ao total de beneficiários do programa	18,31%	43,50%	18,48%



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

CHAPÉU DE PALHA - FRUTICULTURA IRRIGADA - 2025

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Renda Superior_CadÚnico: Beneficiários com renda per capita superior a R\$ 218,00	1.268
Sócio_Jucepe: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar presentes no Quadro de Sócios e Administradores de empresa(s) ativas (não foi considerado as cooperativas, organização religiosa e de associação privada) com capital social superior a R\$ 10.000,00	18
Sócio_RFB: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar presentes no Quadro de Sócios e/ou Administradores de empresa(s) ativa(s) (não foi considerado as cooperativas, organização religiosa e de associação privada) com capital social superior a R\$ 10.000,00	0
Relação de emprego_SAD-RH: Beneficiários com alguma relação de emprego com o Estado ou pensionista	0
Relação de emprego_SAGRES TCE/PE: Beneficiários com relação de emprego municipal em 2024 e/ou 2025	7
Afastamentos por Falecimentos_SAGRES TCE/PE: Beneficiários que estão afastados de algum vínculo com município devido ao falecimento	0
Aposentados_SAGRES TCE/PE: Beneficiários aposentados de vínculo municipal	0

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Óbito_Sisobi: Beneficiários falecidos registrados no Sistema de Óbitos	0
Óbito_Mães PE: Beneficiárias falecidas inscritas no programa Mães de Pernambuco	0
Benefício_Seguro Defeso: Beneficiários presentes na base do seguro defeso	0
Propriedade Veicular_DETRAN: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar proprietário ou arrendatário de pelo menos 1 (um) de veículo	877
Consumo Água_COMPESA: Beneficiários ou seu núcleo familiar com media mensal de consumo de água superior a 10 m3	182
Domicílio_COMPESA: Beneficiários residentes em municípios (com base no cadastro da COMPESA) diferentes dos participantes do programa	13
Idade_PCP: Beneficiários com idade inferior a 18 anos	1
Benefícios_BPC: Beneficiários que recebem o benefício da prestação continuada	0
Vínculo empregatício_RAIS/CAGED: Beneficiários com vínculo empregatício	18
Renda de aluguel de imóvel_COMPESA: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar com possibilidade de recebimento de renda de aluguel de imóvel	35





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

CHAPÉU DE PALHA - FRUTICULTURA IRRIGADA - 2025

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Energia Elétrica_SEFAZ: Beneficiários com média mensal de consumo superior a 220kw	68
Receita Maquineta_SEFAZ: Beneficiários que tiveram renda anual com maquineta em 2024	17
CONSUMO_SEFAZ: Beneficiários que tiveram gastos com notas fiscais (com CPF obrigatório e não obrigatório na NF) superior ao limite da extrema pobreza (qtd de pessoas no núcleo familiar x 218 x12) em 2024	1.006
Total Geral	3417
RESUMO DAS TRILHAS	
Total de beneficiários do PCP - FRUTICULTURA IRRIGADA	4.443
Total de inconsistência cadastral (com repetição de CPFs)	3.510
Total de inconsistência cadastral (sem repetição de CPFs)	2.286
Percentual de beneficiários com inconsistência cadastral (sem repetição de CPF) em relação ao total de beneficiários do programa	51,45%
Quantidade de Trilhas rodadas	20





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

CHAPÉU DE PALHA - PESCA ARTESANAL - 2025

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Renda Superior_CadÚnico: Beneficiários com renda per capita superior a R\$ 218,00	938
Sócio_Jucepe: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar presentes no Quadro de Sócios e Administradores de empresa(s) ativas (não foi considerado as cooperativas, organização religiosa e de associação privada) com capital social superior a R\$ 10.000,00	50
Sócio_RFB: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar presentes no Quadro de Sócios e/ou Administradores de empresa(s) ativa(s) (não foi considerado as cooperativas, organização religiosa e de associação privada) com capital social superior a R\$ 10.000,00	4
Relação de emprego_SAD-RH: Beneficiários com alguma relação de emprego com o Estado ou pensionista	0
Relação de emprego_SAGRES TCE/PE: Beneficiários com relação de emprego municipal em 2024 e/ou 2025	20
Afastamentos por Falecimentos_SAGRES TCE/PE: Beneficiários que estão afastados de algum vínculo com município devido ao falecimento	0
Aposentados_SAGRES TCE/PE: Beneficiários aposentados de vínculo municipal	0

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Óbito_Sisobi: Beneficiários falecidos registrados no Sistema de Óbitos	0
Óbito_Mães PE: Beneficiárias falecidas inscritas no programa Mães de Pernambuco	0
Benefício_Seguro Defeso: Beneficiários presentes na base do seguro defeso	0
Propriedade Veicular_DETRAN: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar proprietário ou arrendatário de pelo menos 1 (um) de veículo	1.293
Consumo Água_COMPESA: Beneficiários ou seu núcleo familiar com média mensal de consumo de água superior a 10 m3	395
Domicílio_COMPESA: Beneficiários residentes em municípios (com base no cadastro da COMPESA) diferentes dos participantes do programa	8
Domicílio_PCP: Beneficiários residentes em municípios (com base no cadastro da PCP) diferentes dos participantes do programa	18
Idade_PCP: Beneficiários com idade inferior a 18 anos	1
Benefícios_BPC: Beneficiários que recebem o benefício da prestação continuada	2
Vínculo empregatício_RAIS/CAGED: Beneficiários com vínculo empregatício	57
Renda de aluguel de imóvel_COMPESA: Beneficiários ou, pelo menos, 1 (um) membro do seu núcleo familiar com possibilidade de recebimento de renda de aluguel de imóvel	80





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

CHAPÉU DE PALHA - PESCA ARTESANAL - 2025

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Energia Elétrica_SEFAZ: Beneficiários com média mensal de consumo superior a 220kw	380
Receita Maquineta_SEFAZ: Beneficiários que tiveram renda anual com maquineta em 2024	173
CONSUMO_SEFAZ: Beneficiários que tiveram gastos com notas fiscais (com CPF obrigatório e não obrigatório na NF) superior ao limite da extrema pobreza (qtd de pessoas no núcleo familiar x 218 x 12) em 2024	1.626
Total Geral	5.145
RESUMO DAS TRILHAS	
Total de beneficiários do PCP - PESCA ARTESANAL	6.009
Total de inconsistência cadastral (com repetição de CPFs)	5.140
Total de inconsistência cadastral (sem repetição de CPFs)	3.167
Percentual de beneficiários com inconsistência cadastral (sem repetição de CPF) em relação ao total de beneficiários do programa	52,70%
Quantidade de Trilhas rodadas	22





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais



**R\$ 15 milhões
de economia
real**

2023

**R\$ 8 milhões
de economia
real**

2024

**R\$ 9 milhões
de economia
real
(Pesca e Fruta)**

2025





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

MÃES DE PERNAMBUCO

- ☐ Tem como **finalidade** estabelecer política de transferência mensal de **recursos financeiros**, cujo **objetivo** é **reforçar a renda das mães** e mulheres cuidadoras, residentes no Estado de Pernambuco, que vivam em situação de extrema vulnerabilidade social, que tenham filhos ou sejam responsáveis familiares por **crianças na primeira infância**.
- ☐ Pagamento mensal de **R\$ 300,00** por unidade beneficiária do Programa
- ☐ Prioridade para as **100 mil mães**
- ☐ Análise para identificar indícios de inconsistência cadastral
- ☐ Dados das potenciais "mães" extraídos do Cadastro Único





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

MÃES DE PERNAMBUCO

- Requisitos:
 - **Situação de extrema vulnerabilidade**
 - Ter domicílio no estado de Pernambuco
 - Ser estar regularmente cadastrada no cadúnico
 - Ser beneficiário do bolsa família
 - Não possuir vínculo empregatício



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

2023

- 12 trilhas
- + de 75 mil possíveis beneficiários do programa com inconsistências cadastrais
- Programa em fase de elaboração

2024

- 12 trilhas
- + de 93 mil beneficiárias com inconsistências cadastrais (24,47% dos potenciais beneficiárias)



Mudança de
verdade é
transformar a vida
de
quem mais precisa





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

MÃES DE PERNAMBUCO - 2025

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Renda Superior_CadÚnico: Beneficiárias com renda per capita superior a R\$ 218,00	41.481
Sócio_Jucepe: Beneficiárias no Quadro de Sócios e Administradores de empresa(s) ativas (não foi considerado as cooperativas, organização religiosa e de associação privada) com capital social superior a R\$ 10.000,00	2.398
Sócio_RFB: Beneficiárias no Quadro de Sócios e/ou Administradores de empresa(s) ativa(s) (não foi considerado as cooperativas, organização religiosa e de associação privada) com capital social superior a R\$ 10.000,00	678
Relação de emprego_SAD-RH: Beneficiárias com alguma relação de emprego com o Estado ou pensionista	462
Relação de emprego_SAGRES TCE/PE: Beneficiárias com relação de emprego municipal	4.439
Falecimentos_SAGRES TCE/PE: Beneficiárias que estão afastadas de vínculo com município devido ao falecimento	20

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Aposentadas_SAGRES TCE/PE: Beneficiárias aposentadas de vínculo municipal	5
Óbito_Sisobi: Beneficiárias falecidas registradas no Sistema de Óbitos	0
Óbito_Mães PE: Beneficiárias inscritas no programa Mães de Pernambuco que constam como falecidas nos registros da Caixa Econômica Federal	17
Propriedade Veicular_DETRAN: Beneficiárias proprietária ou arrendatária de mais de 1 (um) de veículo	4.472
Consumo Água_COMPESA: Beneficiárias com média mensal de consumo de água superior a 10 m3	8.445
Vínculo empregatício_RAIS/CAGED: Beneficiárias com vínculo empregatício	11.373
Renda de aluguel de imóvel_COMPESA: Beneficiárias com possibilidade de recebimento de renda de aluguel de imóvel	1.268



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

MÃES DE PERNAMBUCO - 2025

Trilha	Quantidade de Inconsistência Cadastral
Energia elétrica_SEFAZ: Beneficiárias que possuem um consumo anual de energia elétrica, considerando o ano de 2024, superior a 2.640 kWh	9.654
Receita Maquineta_SEFAZ: Beneficiárias que tiveram renda anual com maquineta em 2024, superior a R\$ 2.616,00	44.400
CONSUMO_SEFAZ: Beneficiárias que tiveram gastos com notas fiscais (com CPF obrigatório e não obrigatório na NF), considerando o ano de 2024, superior a 80% da: (quantidade de pessoas no núcleo familiar x 218 x 12)	198.904
Total Geral	328.016

Resumo	
Total de Mulheres com filhos menores de 6 (seis) anos (base CadÚnico) (c)	356.913
Percentual de Mães com filhos menores de 6 (seis) anos (c) em relação às Mulheres do CadÚnico (A)	27,82%
Total de Mulheres com filhos menos de 6 (seis) anos e com inconsistências (com repetição de CPFs)	328.016
Total de Mulheres com filhos menos de 6 (seis) anos e com inconsistências (sem repetição de CPFs) (D)	229.224
Percentual de mulheres com inconsistência e filhos menores de 6 anos - (D/C)	64,22%
Quantidade de trilhas rodadas	16



Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

- 11 trilhas
- + de 3 mil beneficiários com inconsistências cadastrais (9,94% dos potenciais beneficiários)





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

Tarifa Social

PE Conduz





Trilhas de Auditoria em Programas Assistenciais

RECONHECIMENTO





GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INTELIGÊNCIA



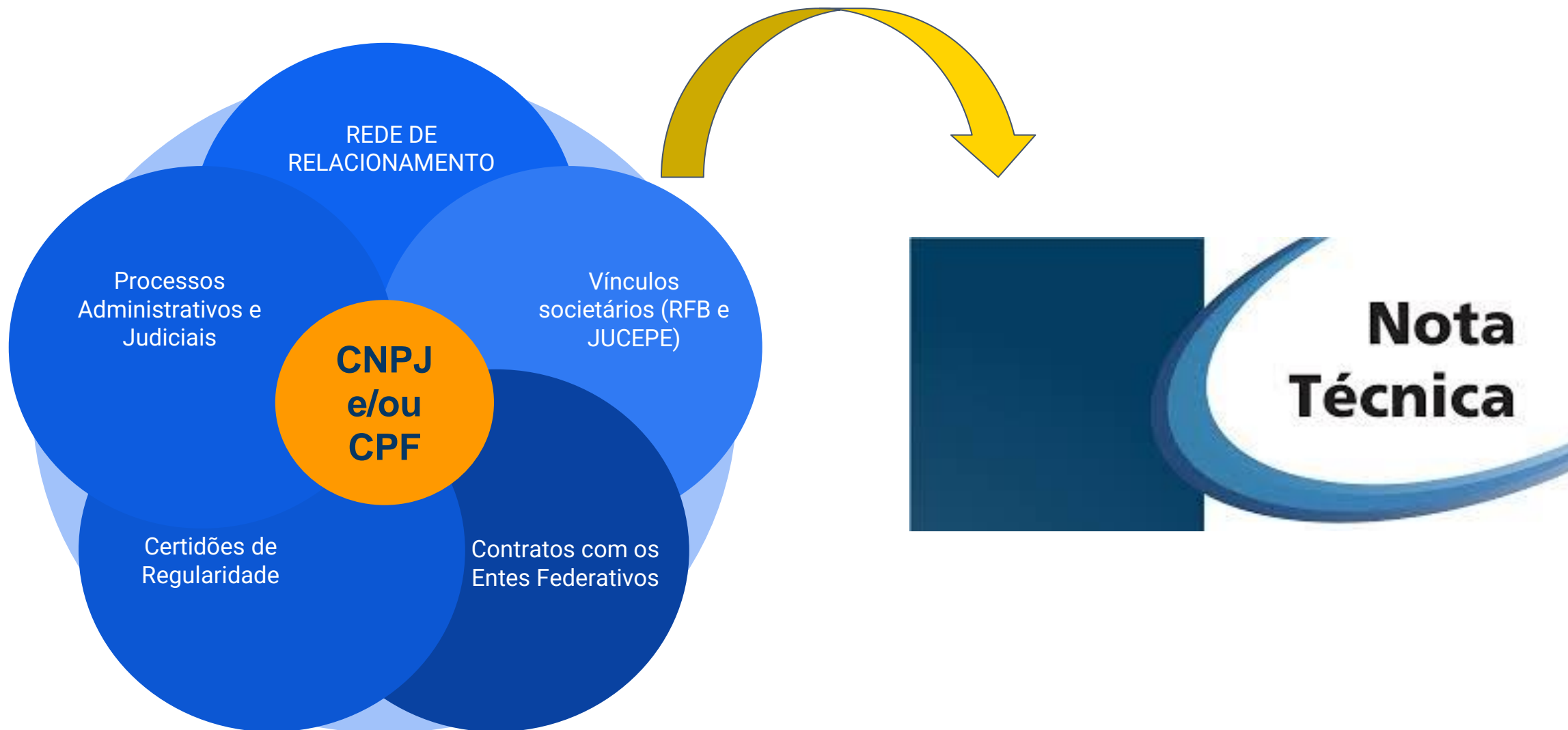
Geração de Informações de Inteligência

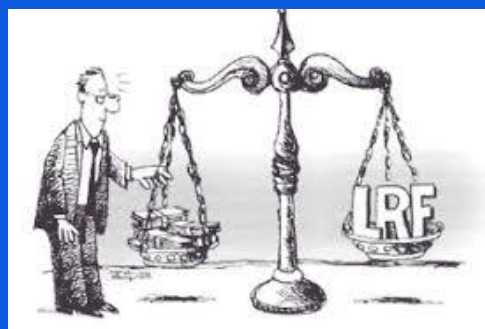
OBJETIVO

Assessorar o Núcleo de Governo, as Unidades Gestoras do Poder Executivo do Estado e a SCGE com informações de inteligência



Geração de Informações de Inteligência



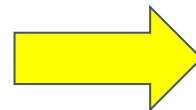


PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE RECEITAS E DESPESAS



Produção de Informações Estratégicas

Produção de informações estratégicas de receitas e despesas públicas, para dar suporte ao processo decisório do Poder Executivo Estadual e subsidiar as atividades da SCGE.



LRF
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
AS CONTAS TÊM DE FECHAR



Produção de Informações Estratégicas

PRODUTOS EM MONITORAMENTO CONTÍNUO

- Receita Corrente Líquida - **RCL**;
- Receita Líquida de Impostos - **RLI**;
- Repasses do Fundo de Participação dos Estados - **FPE**;
- Repasses das Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - **Fundeb**;
- Repasses do Sistema Único de Saúde - **SUS**;
- **Aplicação** dos recursos **FUNDEB** (limites de 70% e 90%);
- Limites Legais com **Publicidade e Patrocínio** (Adm. Direta e Adm. Indireta);



Produção de Informações Estratégicas

PRODUTOS EM MONITORAMENTO CONTÍNUO

- Limites Legais das Despesas com **Pessoal**;
- Percentual Constitucional de Gastos com **Educação**; e
- Percentual Constitucional de Gastos com **Saúde**.

PRODUTOS SOB DEMANDA

- Apresentação para a **Mesa Permanente de Negociação**.



Produção de Informações Estratégicas

Receita Corrente Líquida (RCL)

- Indicador financeiro calculado a partir da receita corrente total do ente federado que demonstra os **recursos que o governo dispõe a cada exercício para fazer frente às suas despesas**;
- É o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, nos últimos 12 meses;
- Segundo a LRF, receita corrente líquida é a soma de doze meses de receita, a do mês de apuração e a dos onze anteriores, excluídas as duplicidades.



Produção de Informações Estratégicas

Receita Corrente Líquida (RCL)



RCL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024 - Realizado	38.184	38.876	40.999	41.520	41.970	41.266	41.846	42.452	43.094	43.500	43.783	43.773
2025 - Realizado + Projetado	44.436	44.483	42.991	42.970	43.633	43.875	43.837	43.978	44.015	44.387	44.497	45.448
Dif. (2025-2024)	6.252	5.607	1.992	1.451	1.663	2.609	1.991	1.526	920	887	714	1.675
2024 Mensal	3.835	4.003	4.903	3.452	3.480	3.476	3.368	3.514	3.409	3.186	3.678	3.470
2025 Mensal	4.497	4.050	3.412	3.431	4.143	3.718	3.330	3.655	3.446	3.559	3.788	4.421
Dif. (2025-2024)	662	47	(1.491)	(21)	663	242	(38)	140	37	373	110	951
Cresc. % (2025/2024)	16,4%	14,4%	4,9%	3,5%	4,0%	6,3%	4,8%	3,6%	2,1%	2,0%	1,6%	3,83%
Cresc. % Mês Anterior 2025	1,5%	0,1%	-3,4%	0,0%	1,5%	0,6%	-0,1%	0,3%	0,1%	0,8%	0,2%	2,1%
Cresc. % (2025/2024) Mensal	17,3%	1,2%	-30,4%	-0,6%	19,0%	7,0%	-1,1%	4,0%	1,1%	11,7%	3,0%	27,4%

Data de Geração: 24.04.2025

Fonte: e-Fisco (realizado) e SEFAZ/PE (projeção)

Valores em Milhões



Produção de Informações Estratégicas

Receita Líquida de Impostos (RLI)

- Indicador utilizado como **base de cálculo para a verificação do limite mínimo das receitas a serem aplicadas em MDE** (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) e em **ASPS** (Ações e Serviços Públicos de Saúde);
- Para os demonstrativos dos estados, seu valor é obtido pela soma de **RECEITA DE IMPOSTOS** (ICMS, ITCD, IPVA e IRRF) e **RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS** (FPE e IPI-Exp) e a subtração do item **DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS** (parcelas do ICMS, do IPVA e da cota-parte do IPI-Exp repassadas aos municípios).



Produção de Informações Estratégicas

Fundo de Participação dos Estados (FPE)

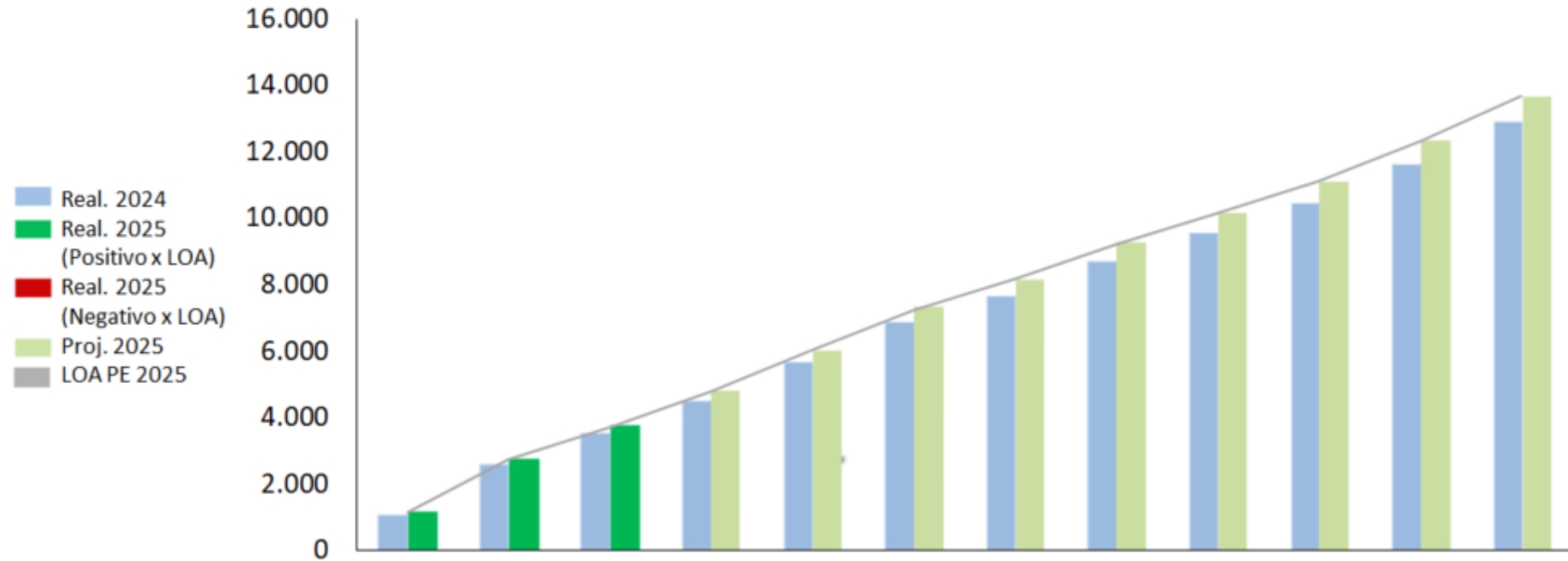
- Modalidade de repartição tributária com seu montante arrecadada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), contabilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e distribuído pelo Banco do Brasil (BB), sob comando da STN;
- É constituído de 21,5% da arrecadação líquida do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Conforme determina o art. 4º da LC No 62/1989, os repasses são realizados **decendialmente**, até os dias 10, 20 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta aberta com essa finalidade no Banco do Brasil.





Produção de Informações Estratégicas

Fundo de Participação dos Estados (FPE)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024 - Real. (Mês)	1.101	1.494	932	978	1.138	1.220	791	1.034	845	901	1.153	1.294
2025 - Real. + Proj. (Mês)	1.174	1.576	1.038	1.039	1.209	1.296	841	1.099	898	958	1.225	1.334
2024 - Real. (Acum.)	1.101	2.594	3.526	4.504	5.642	6.862	7.654	8.688	9.533	10.435	11.588	12.882
2025 - Real. + Proj. (Acum.)	1.174	2.750	3.788	4.827	6.036	7.332	8.173	9.272	10.170	11.128	12.353	13.687
2025 - LoA PE (Acum.)	1.164	2.744	3.718	4.811	6.047	7.256	8.157	9.234	10.136	11.103	12.334	13.687
Cresc. % (2025 x 2024)	6,7%	6,0%	7,4%	7,2%	7,0%	6,9%	6,8%	6,7%	6,7%	6,6%	6,6%	6,3%
Desvio % (2025 x LoA PE)	0,9%	0,2%	1,9%	0,3%	-0,2%	1,1%	0,2%	0,4%	0,3%	0,2%	0,2%	0,0%

Data de geração: 22/04/2025

Fonte: SEFAZ/PE

Valores em Milhões





Produção de Informações Estratégicas

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

- Diante do término de vigência do Fundeb, em 31 de dezembro de 2020, foi criado o Novo Fundeb instituído pela EC nº 108/2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020 e pelo Decreto nº 10.656/2021 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, passando a ter caráter permanente;
- O FUNDEB contribui para o **aumento da equidade na distribuição dos recursos** disponíveis nos Estados, Distrito Federal e Municípios juntamente com a **maior participação federal no aporte dos recursos financeiros**, estando voltado para a **redução das desigualdades educacionais** existentes, baseando-se no **número de alunos matriculados**, de acordo com os dados do último censo escolar, e nos **resultados obtidos por meio de uma boa gestão**;





Produção de Informações Estratégicas

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

➤ Fontes de recursos que compõem o Fundo

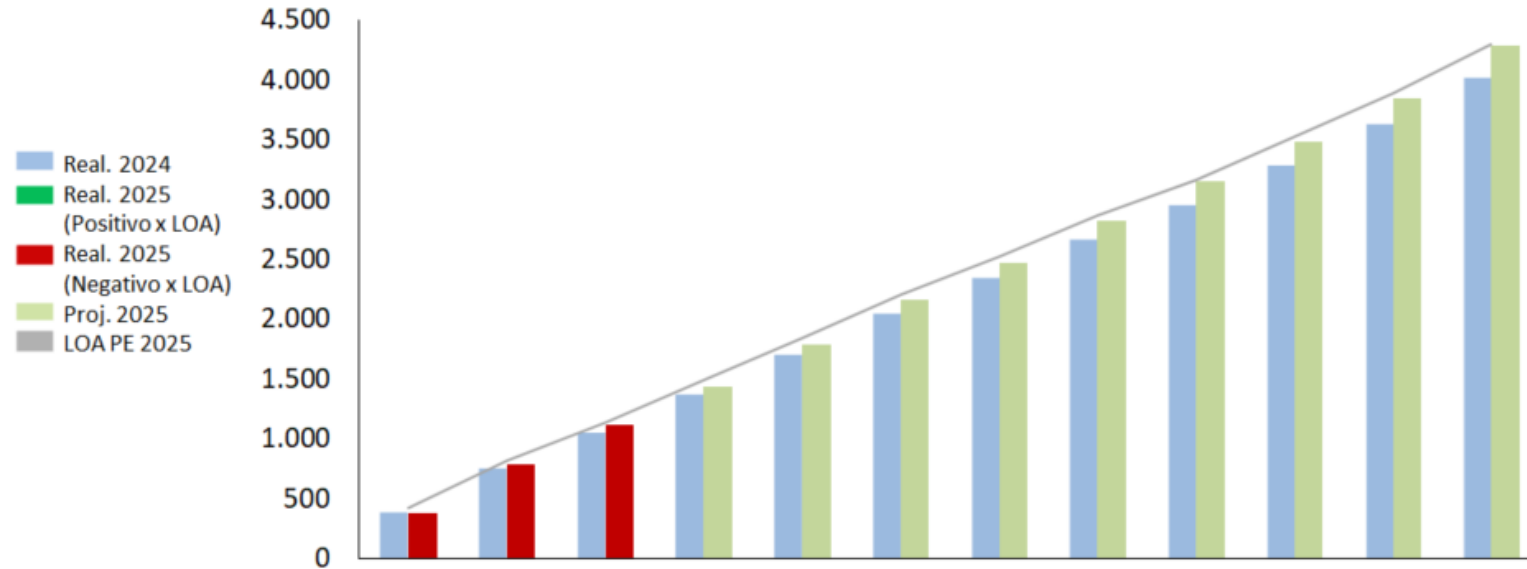
- Estados, DF e Municípios, **20% (vinte por cento)** sobre:
 - **ITCD, ICMS, IPVA, Imposto que a União eventualmente instituir** no exercício da competência (cotas-partes dos Estados, DF e Municípios), **ITRm, FPE, FPM, IPlexp, receita da dívida ativa tributária**, juros e multas relativas a esses impostos relacionados, **adicional na alíquota do ICMS** de que trata o art. 82, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- Além disso, há a **Complementação da União**.





Produção de Informações Estratégicas

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024 - Real. (Mês)	399	369	291	327	329	339	301	319	280	340	332	389
2025 - Real. + Proj. (Mês)	383	408	321	324	357	368	312	351	328	334	366	433
2024 - Real. (Acum.)	399	769	1.059	1.386	1.715	2.054	2.355	2.674	2.953	3.293	3.625	4.015
2025 - Real. + Proj. (Acum.)	383	791	1.112	1.437	1.793	2.161	2.473	2.824	3.152	3.485	3.852	4.284
2025 - LoA PE (Acum.)	428	824	1.136	1.487	1.839	2.203	2.525	2.867	3.167	3.532	3.888	4.305
Cresc. % (2025 x 2024)	-3,9%	3,0%	5,0%	3,6%	4,5%	5,2%	5,0%	5,6%	6,7%	5,8%	6,2%	6,7%
Desvio % (2025 x LoA PE)	-10,4%	-4,0%	-2,1%	-3,4%	-2,5%	-1,9%	-2,1%	-1,5%	-0,5%	-1,3%	-0,9%	-0,5%

Data de geração: 22/04/2025

Fonte: SEFAZ/PE

Valores em Milhões





Produção de Informações Estratégicas

Repasses do Sistema Único de Saúde - SUS

- O financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde dar-se-ão na forma de blocos de financiamento;
- Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento:

I. Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

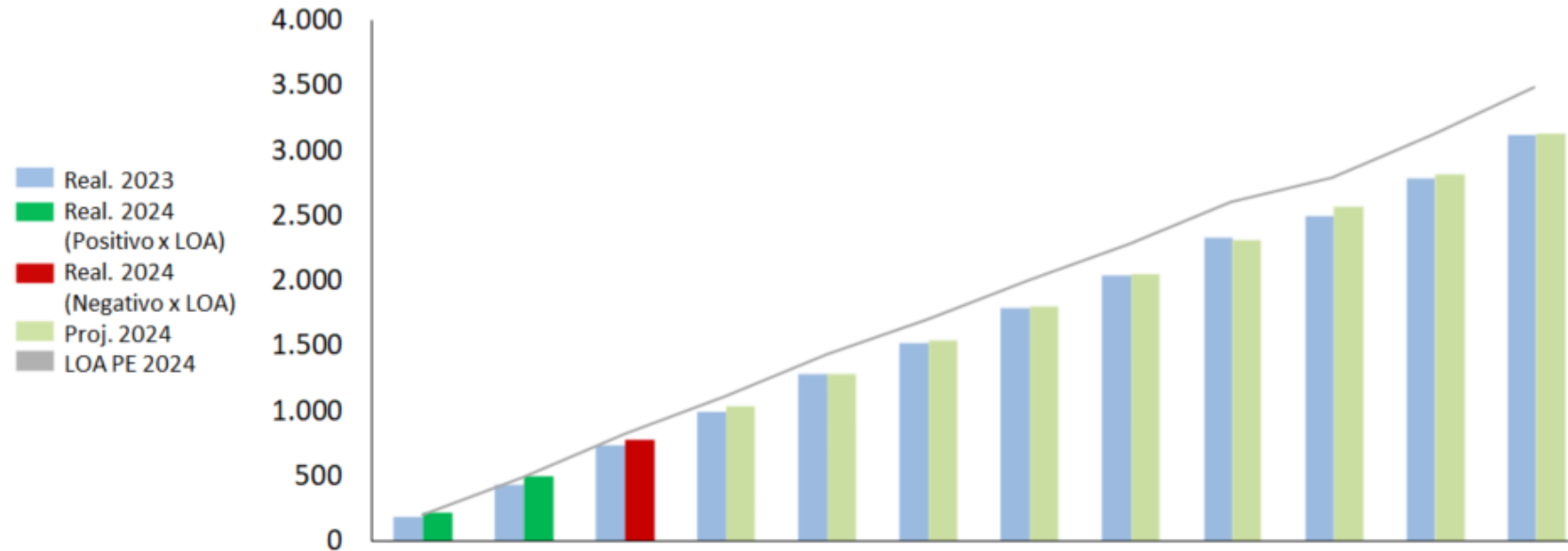
II. Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.





Produção de Informações Estratégicas

Repasse do Sistema Único de Saúde - SUS



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024 - Real. (Mês)	185	251	297	268	281	242	268	250	286	170	294	327
2025 - Real. + Proj. (Mês)	218	284	278	256	256	256	256	256	256	256	256	302
2024 - Real. (Acum.)	185	436	733	1.001	1.282	1.524	1.792	2.042	2.328	2.498	2.792	3.118
2025 - Real. + Proj. (Acum.)	218	502	779	1.035	1.291	1.546	1.802	2.058	2.313	2.569	2.825	3.127
2025 - LoA PE (Acum.)	207	488	819	1.118	1.432	1.703	2.002	2.281	2.600	2.790	3.119	3.484
Cresc. % (2025 x 2024)	17,4%	14,9%	6,3%	3,4%	0,7%	1,5%	0,5%	0,8%	-0,6%	2,9%	1,2%	0,3%
Desvio % (2025 x LoA PE)	5,1%	2,9%	-4,9%	-7,4%	-9,9%	-9,2%	-10,0%	-9,8%	-11,0%	-7,9%	-9,4%	-10,2%

Data de geração: 22/04/2025

Fonte: SEFAZ/PE

Valores em Milhões



Produção de Informações Estratégicas

Aplicação dos recursos FUNDEB (limites de 70% e 90%)

- Os recursos do Fundeb devem ser **aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública**, observando-se os respectivos **âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios**, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal (os Municípios devem utilizar recursos do Fundeb na educação infantil e no ensino fundamental; e, os **Estados, no ensino fundamental e médio**);



Produção de Informações Estratégicas

Aplicação dos recursos FUNDEB (limites de 70% e 90%)

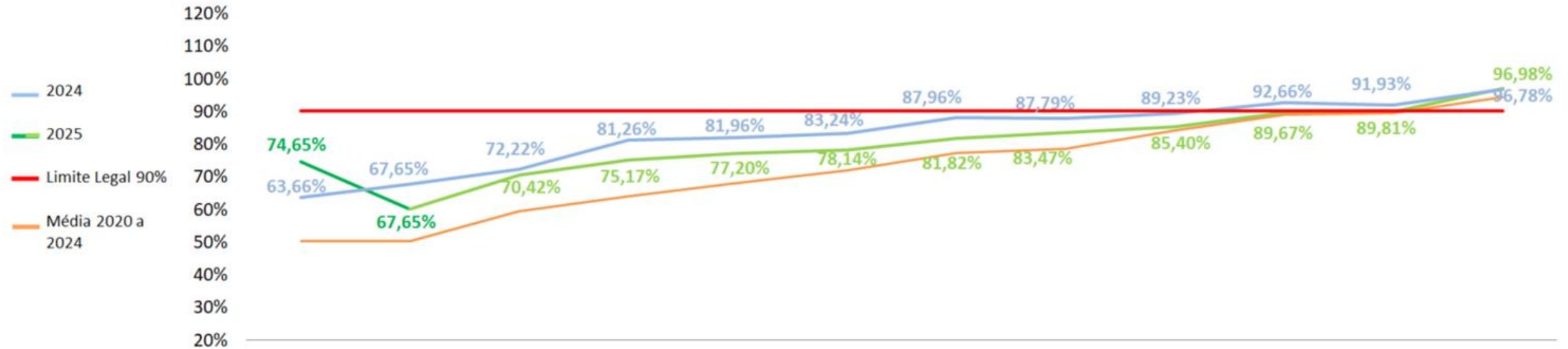
- O mínimo de **70% (setenta por cento)** desses recursos (excluídos aqueles relativos à complementação da União – VAAR), devem ser destinados à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício;
- A fração restante (de no máximo 30%), deve ser aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, assim consideradas aquelas dispostas no art. 70 da LDB;





Produção de Informações Estratégicas

Aplicação dos recursos FUNDEB (limite 90%)



Receita FUNDEB	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	399	769	1.059	1.386	1.715	2.054	2.355	2.674	2.953	3.293	3.625	4.015
2025	383	791	1.105	1.439	1.794	2.161	2.471	2.822	3.149	3.482	3.848	4.276
Var. R\$	-16	23	46	53	79	107	117	148	195	188	222	261
Var. %	-3,91%	2,95%	4,36%	3,82%	4,61%	5,22%	4,96%	5,55%	6,61%	5,72%	6,14%	6,51%
Despesa Liquidada	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	254	520	765	1.126	1.406	1.710	2.071	2.347	2.635	3.052	3.333	3.885
2025	286	475	778	1.082	1.385	1.689	2.022	2.355	2.689	3.122	3.456	4.147
Var. R\$	32	-45	13	-45	-21	-21	-49	8	54	71	123	261
Var. %	12,69%	-8,64%	1,76%	-3,96%	-1,46%	-1,22%	-2,36%	0,36%	2,03%	2,32%	3,68%	6,72%

Data de geração: 04/04/2025

Valores em Milhões



Produção de Informações Estratégicas

Aplicação dos recursos FUNDEB (limite 70%)



Receita FUNDEB	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	389	755	1.041	1.363	1.687	2.020	2.316	2.629	2.918	3.253	3.581	3.966
2025	378	786	1.098	1.430	1.782	2.147	2.454	2.802	3.126	3.457	3.820	4.246
Var. R\$	-11	31	57	67	95	126	138	173	209	203	239	279
Var. %	-2,92%	4,09%	5,44%	4,88%	5,64%	6,24%	5,98%	6,58%	7,15%	6,25%	6,67%	7,04%
Despesa Liquidada	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	243	485	660	900	1.141	1.382	1.667	1.923	2.182	2.566	2.826	3.312
2025	273	387	632	877	1.122	1.367	1.642	1.917	2.192	2.567	2.842	3.474
Var. R\$	30	-99	-29	-24	-19	-15	-25	-7	10	1	16	162
Var. %	12,45%	-20,31%	-4,34%	-2,61%	-1,69%	-1,10%	-1,52%	-0,35%	0,45%	0,03%	0,55%	4,89%

Data de geração: 04/04/2025

Valores em Milhões





Produção de Informações Estratégicas

Limites Legais de Despesas com Pessoal

- Conforme previsto no Art. 19 da Lei Complementar No 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, **não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida**, a seguir discriminados:
- I. União: 50% (cinquenta por cento);
 - II. Estados: 60% (sessenta por cento);**
 - III. Municípios: 60% (sessenta por cento)





Produção de Informações Estratégicas

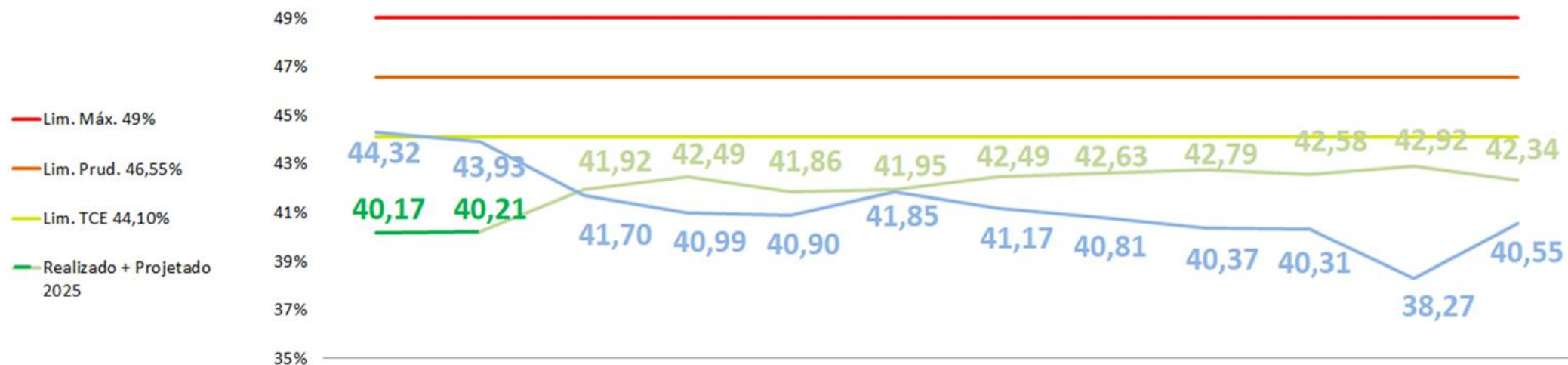
Limites Legais de Despesas com Pessoal

- A repartição dos limites globais do Art. 19 da LRF não poderá exceder os seguintes percentuais na esfera estadual:
- a. 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
 - b. 6% (seis por cento) para o Judiciário;
 - c. **49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;**
 - d. 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados.



Produção de Informações Estratégicas

Limites Legais de Despesas com Pessoal



Receita Corrente Líquida Acum.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	38.184	38.876	40.999	41.520	41.970	41.266	41.846	42.452	43.094	43.500	43.783	43.773
2025	44.436	44.483	43.013	43.083	43.740	43.974	43.928	44.059	44.111	44.480	44.589	45.644
Cresc. % (2025 x 2024)	16,37%	14,42%	4,91%	3,77%	4,22%	6,56%	4,98%	3,78%	2,36%	2,25%	1,84%	4,27%
Despesa Liquidada	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024 - Realizado (Mensal)	1.340	1.392	1.284	1.159	1.424	1.375	1.288	1.384	1.408	1.597	1.299	2.800
2025 - Projeção (Mensal)	1.439	1.429	1.431	1.433	1.429	1.510	1.505	1.502	1.500	1.663	1.496	2.988
2024 - Realizado (Acumulado)	16.921	17.080	17.095	17.019	17.167	17.268	17.228	17.323	17.397	17.533	16.756	17.749
2025 - Projeção (Acumulado)	17.848	17.886	18.033	18.306	18.311	18.447	18.664	18.782	18.874	18.940	19.137	19.325
Cresc. % (2025 x 2024)	5,48%	4,72%	5,49%	7,56%	6,67%	6,83%	8,34%	8,43%	8,49%	8,02%	14,21%	8,88%

Data de geração: 31/03/2025

Produção de Informações Estratégicas

Percentual Constitucional de Gastos com Educação

- O Estado aplicará, **anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos**, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE);
- As ações de MDE são aquelas direcionadas à consecução dos objetivos das instituições educacionais de **todos os níveis**;
- A Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pressupõe que o **foco dos recursos em educação seja a escola e o aluno**;
- Os arts. 70 e 71 da LDB elencam, **respectivamente, as ações consideradas como de MDE e aquelas não incluídas**.



Produção de Informações Estratégicas

Percentual Constitucional de Gastos com Educação



Receita Líq Impostos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	3.248	6.752	9.454	12.451	15.553	18.673	21.353	24.449	27.424	30.289	33.528	36.644
2025	3.898	7.469	10.450	13.545	16.795	20.127	23.011	26.225	29.249	32.332	35.703	39.468
Var. R\$	650	717	996	1.095	1.242	1.454	1.659	1.776	1.825	2.043	2.175	2.824
Var. %	20,03%	10,62%	10,54%	8,79%	7,99%	7,79%	7,77%	7,26%	6,65%	6,74%	6,49%	7,71%
Despesa Liquidada	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	413	1.087	1.716	2.535	3.337	4.111	4.998	5.826	6.612	7.542	8.298	9.479
2025	554	1.255	2.026	2.812	3.610	4.413	5.203	6.025	6.830	7.740	8.575	9.947
Var. R\$	141	168	310	277	273	302	205	199	218	198	277	468
Var. %	34,26%	15,47%	18,08%	10,92%	8,19%	7,34%	4,10%	3,41%	3,29%	2,62%	3,34%	4,94%

Data de geração: 04/04/2025

Valores em Milhões





Produção de Informações Estratégicas

Percentual Constitucional de Gastos com Saúde

- Os Estados aplicarão, anualmente, em **ações e serviços públicos de saúde (ASPS)**, no mínimo, **12% (doze por cento)** da RLI;
- O art. 2º da Lei Complementar nº 141/2012 conceitua as despesas com ações e serviços públicos de saúde, enquanto o art. 3º elenca os itens que podem ser considerados dentro do mencionado grupo de despesas e o art. 4º; aqueles não considerados.



Produção de Informações Estratégicas

Percentual Constitucional de Gastos com Saúde



Receita Liq Impostos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	3.248	6.752	9.454	12.451	15.553	18.673	21.353	24.449	27.424	30.289	33.528	36.644
2025	3.898	7.469	10.404	13.499	16.749	20.081	22.965	26.178	29.202	32.286	35.657	39.422
Var. R\$	650	717	950	1.049	1.196	1.408	1.613	1.729	1.779	1.997	2.129	2.778
Var. %	20,03%	10,62%	10,05%	8,42%	7,69%	7,54%	7,55%	7,07%	6,49%	6,59%	6,35%	7,58%
Despesa Liquidada	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	204	697	1.110	1.719	2.247	2.694	3.196	3.680	4.069	4.488	5.023	5.755
2025	348	947	1.509	2.338	3.055	3.663	4.344	5.003	5.532	6.101	6.829	7.824
Var. R\$	145	251	399	618	808	969	1.149	1.323	1.463	1.614	1.806	2.069
Var. %	70,97%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%

Data de geração: 27/03/2025

Valores em Milhões





Produção de Informações Estratégicas

Limites Legais com Publicidade e Patrocínio (Adm. Direta e Adm. Indireta)

1. Lei Federal Eleitoral nº 9.504/1997

Estabelece normas para as eleições com limites de despesas de publicidade em ano eleitoral.

1. Lei Federal das Estatais nº 13.303/2016

Dispõe sobre o estatuto jurídico da **empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias**, no âmbito da União, dos **Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios. **No seu Art. 93**, preceitua as vedações com Publicidade e Patrocínio.



Produção de Informações Estratégicas

Limites Legais com Publicidade e Patrocínio (Adm. Direta e Adm. Indireta)

3. Lei Estadual nº 12.746/2005

Dispõe sobre os **limites financeiros** e regras de impessoalidade e moralidade administrativa **para as despesas de publicidade realizadas pela Administração Pública Estadual.**



COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS - COR

Instrutor:

JAMERSON BARBOSA DE SOUZA



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



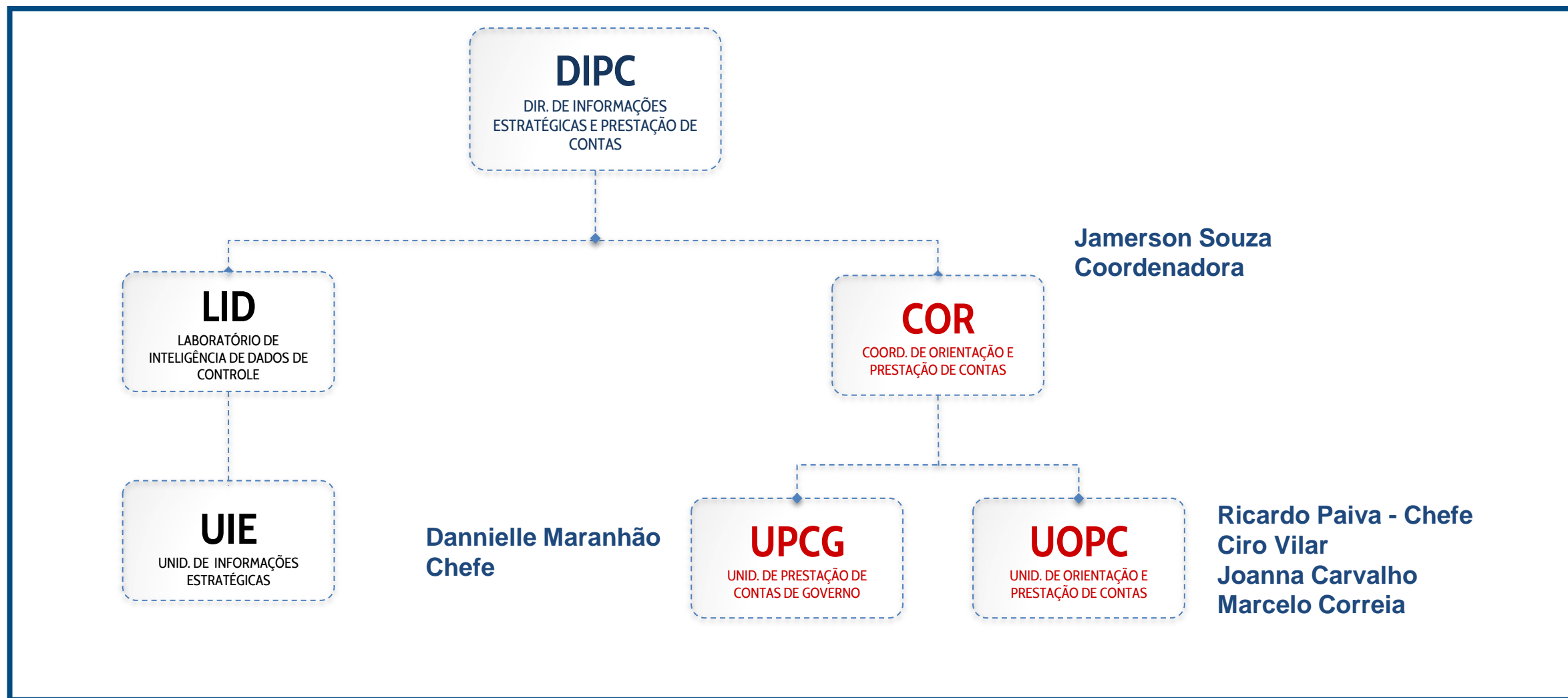
PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCA**
ESTADO DE MUDANÇA

Estrutura da Coordenadoria

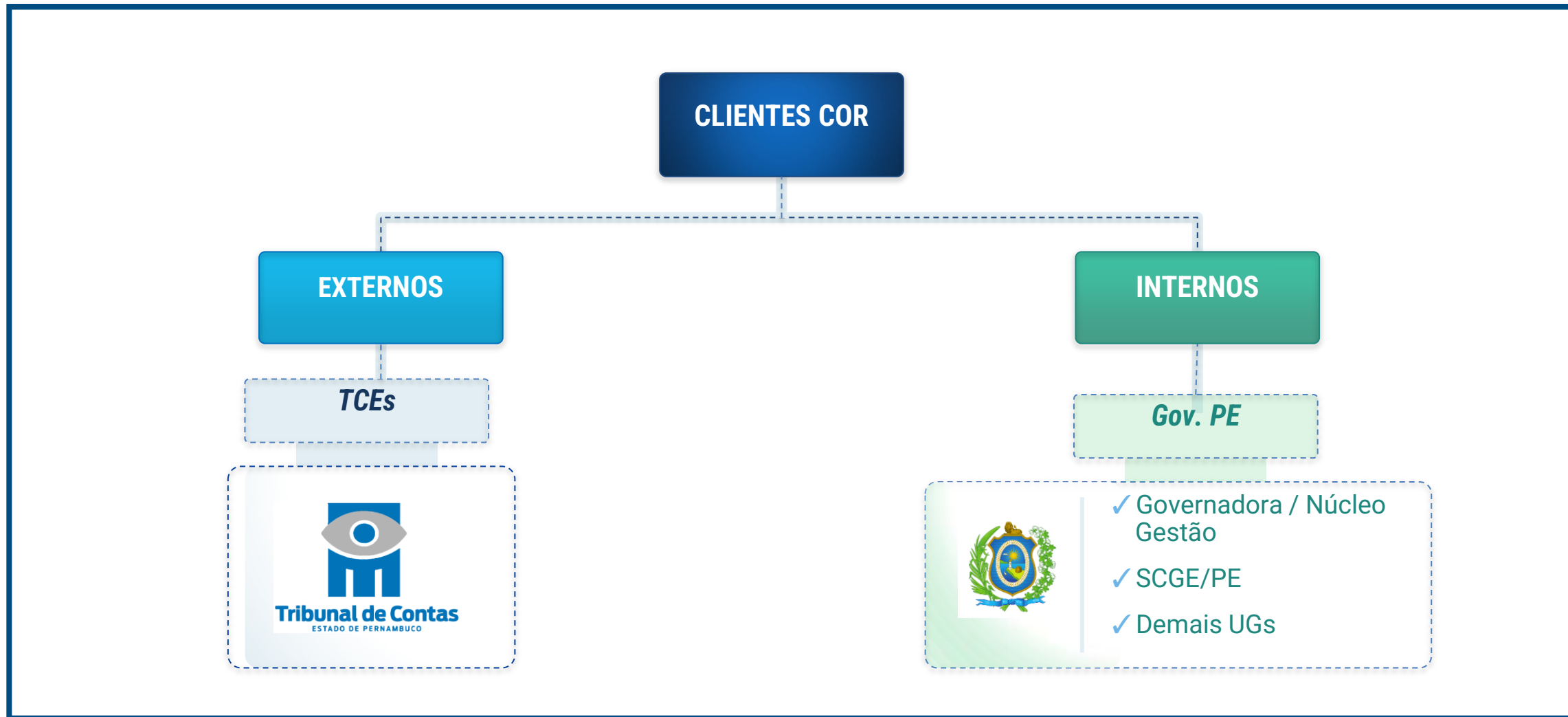


Competências - COR

- ❖ Desenvolver ações de orientação à gestão orçamentária, financeira e prestação de contas do Poder Executivo estadual;
- ❖ Monitorar a composição da prestação de contas do governador;
- ❖ Monitorar e avaliar a implementação das recomendações do Tribunal de Contas do Estado relacionadas às contas anuais do governador;
- ❖ Elaborar nota técnica que trata das contrarrazões ao relatório das contas anuais do governador; e
- ❖ Realizar a gestão do módulo de prestação de contas no sistema corporativo e-Fisco e orientar quanto a sua utilização.



Clientes - COR



Coordenadoria de Orientação e Prestação de Contas

Unidade de Orientação e Prestação de
Contas - UOPC



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCA**
ESTADO DE MUDANÇA

Produtos - UOPC



Atuar como agente indutor de uma **gestão pública estadual** íntegra, transparente e efetiva.



Portal de Orientação



Sistema público de atendimento eletrônico, via web, desenvolvido pela SCGE, para que os servidores dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual possam **encaminhar perguntas à SCGE e obter respostas** sobre diversos temas.

A SCGE atua de forma integrada, a partir de suas diversas áreas técnicas, cujas orientações abordam os seguintes aspectos: Auditoria Interna; Classificação Orçamentária; Convênios; Correição e Integridade; Controle Interno; Diárias; Gestão de Riscos; Governança; LAI; LGPD; Ouvidoria; Módulo GPC; Portal da Transparência; Prestação de Contas; Suprimento e TCESP.

Para obter acesso ao sistema SCGE Orienta, o servidor deve solicitar o seu cadastro, através do e-mail orientacao@scge.pe.gov.br, no qual devem ser apresentadas as seguintes informações: nome completo, matrícula, CPF, e-mail institucional e unidade gestora de lotação.



A atividade de orientação tem a finalidade de apoiar os gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual quanto à gestão orçamentária, financeira e prestação de contas, mediante a publicação de boletins informativos, cartilhas e manuais, orientação técnica e disponibilização de cursos e palestras.



A Diretoria tem a função de atuar no planejamento da composição da prestação de contas anuais do governo e no relatório de defesa do governo. Durante o exercício, atua junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual com o objetivo de monitorar e avaliar a implementação das recomendações do Tribunal de Contas do Estado relacionadas às Contas Anuais de Governo.



Sistema emissor de certidão (CRPC) para órgãos e entidades públicas e privadas que desejam comprovar, para formalização de convênios, acordos ou ajustes, a regularidade das prestações de contas de transferências voluntárias.



Portal de Orientação

Sítio Eletrônico: <https://www.scge.pe.gov.br/portal-de-orientacao/orientacao-ao-gestor/>



- ✓ Legislação
- ✓ Boletins Informativos
- ✓ Consultoria
- ✓ Manuais e Cartilhas
- ✓ Orientação Técnica
- ✓ Procedimentos GPC/e-Fisco
- ✓ Cursos e Palestras
- ✓ Calendários
- ✓ Modelos Padronizados
- ✓ Perguntas Frequentes



Sistema SCGEorienta



SCGE
ORIENTA

Sistema online para orientar os servidores de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, por meio de perguntas e respostas, quanto às consultas formuladas sobre temas relacionados à execução da despesa pública.





Sistema SCGEOrienta - Cadastro

Para solicitar login e senha, o gestor deverá enviar e-mail para:

orientacao@scge.pe.gov.br

Acesse o site:
www.scgeorienta.pe.gov.br

Na ocasião, deverão ser fornecidos os seguintes dados:

- ❖ Nome completo
- ❖ CPF
- ❖ Matrícula
- ❖ E-mail institucional
- ❖ Unidade Gestora



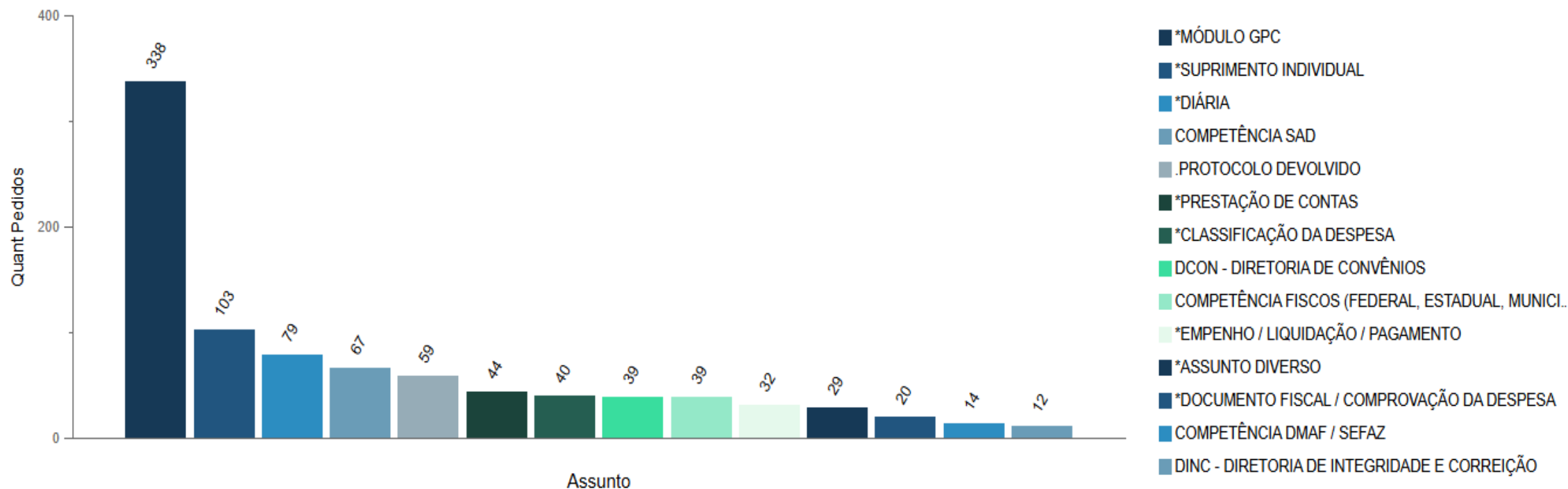
Sistema Eletrônico de Atendimento ao Gestor





Sistema SCGEOrienta - Temáticas

Maiores Assuntos em 2024



Manuais e Cartilhas - UOPC

Competência COR: Desenvolver ações de orientação à gestão orçamentária, financeira e prestação de contas do Poder Executivo estadual.

Manual de Prestação de Contas Eletrônica

Manual para Suprimento Institucional

Manual para Prestação de Contas

Cartilha de Suprimento Individual

Manual de Orientações e Obrigações ao Gestor





Cursos de capacitação oferecidos pela COR

Suprimento Individual e Institucional

Básico de Prestação de Contas

Prestação de Contas Eletrônica

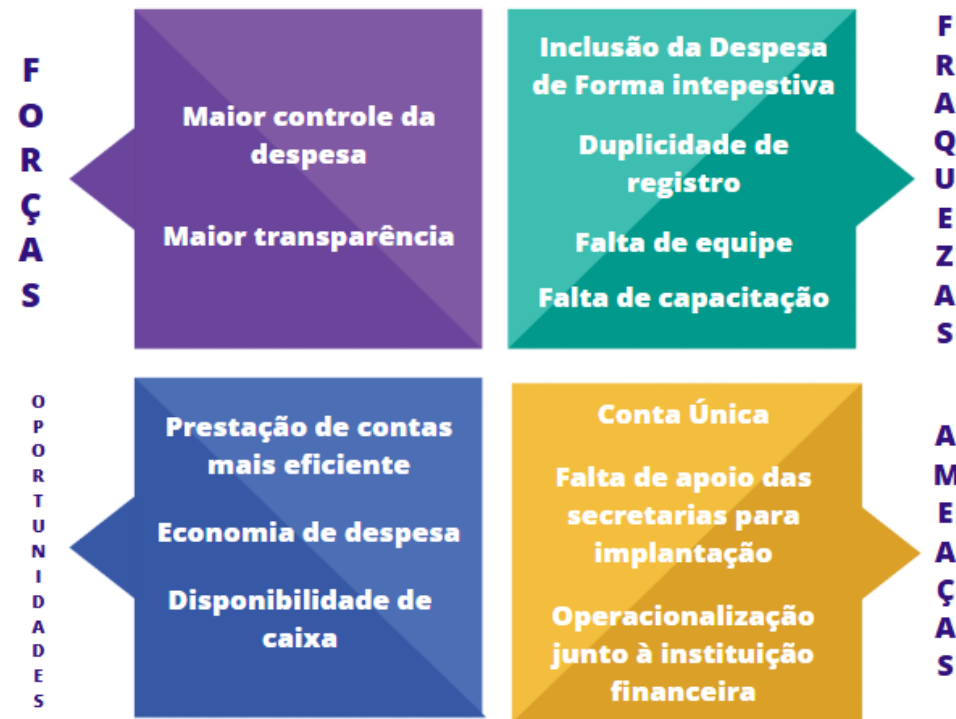
Prestação de Contas no e-Fisco



Cartão de Pagamento - CPGE

Objetivo Estratégico 2025: Modernizar e desburocratizar o pagamento de Suprimento Individual e de Fundo Institucional.

Objetivo CPGE: Viabilizar o uso do cartão de Pagamento para execução de despesa via Suprimento Fundo Institucional, Investe Escola e Repasse Financeiro no âmbito do Poder executivo Estadual.





Cartão de Pagamento CPG - Suprimento

SUPRIMENTO

Conceito:

- ❑ **Regime de Suprimento Individual** consiste na disponibilização de recursos financeiros a servidor devidamente credenciado, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária própria, a fim de realizar, em caráter excepcional, despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- ❑ **Regime de Suprimento de Fundos Institucional** consiste na disponibilização de recursos financeiros à unidade administrativa, sempre precedida de empenho na dotação própria, submetida a regime especial de execução de despesa e de prestação de contas.





Cartão de Pagamento - CPGE (Fluxo)



Prestação de Contas - COR

Competências:

Desenvolver ações de orientação à gestão orçamentária, financeira e prestação de contas do Poder Executivo estadual;

Apoiar e orientar à gestão do módulo de prestação de contas no sistema corporativo e-Fisco.

ETAPAS DE EXECUÇÃO DA DESPESA:



Prestação de Contas - COR

1º Estágio da despesa pública



Empenho

É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

É a etapa em que o governo reserva a dotação orçamentária, que cria para o Estado a obrigação do pagamento.



Prestação de Contas - COR

2º Estágio da despesa
pública



Liquidação

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado.



Prestação de Contas - COR

3º Estágio da despesa
pública



Pagamento

Se estiver tudo certo com as fases anteriores, o órgão ou entidade poderá fazer o pagamento, e repassar o valor ao fornecedor ou prestador do serviço contratado.

O Ordenador de Despesa autoriza o pagamento da despesa assumida pelo Estado.



Prestação de Contas - COR

Constituição Federal (Art. 70, Parágrafo Único):

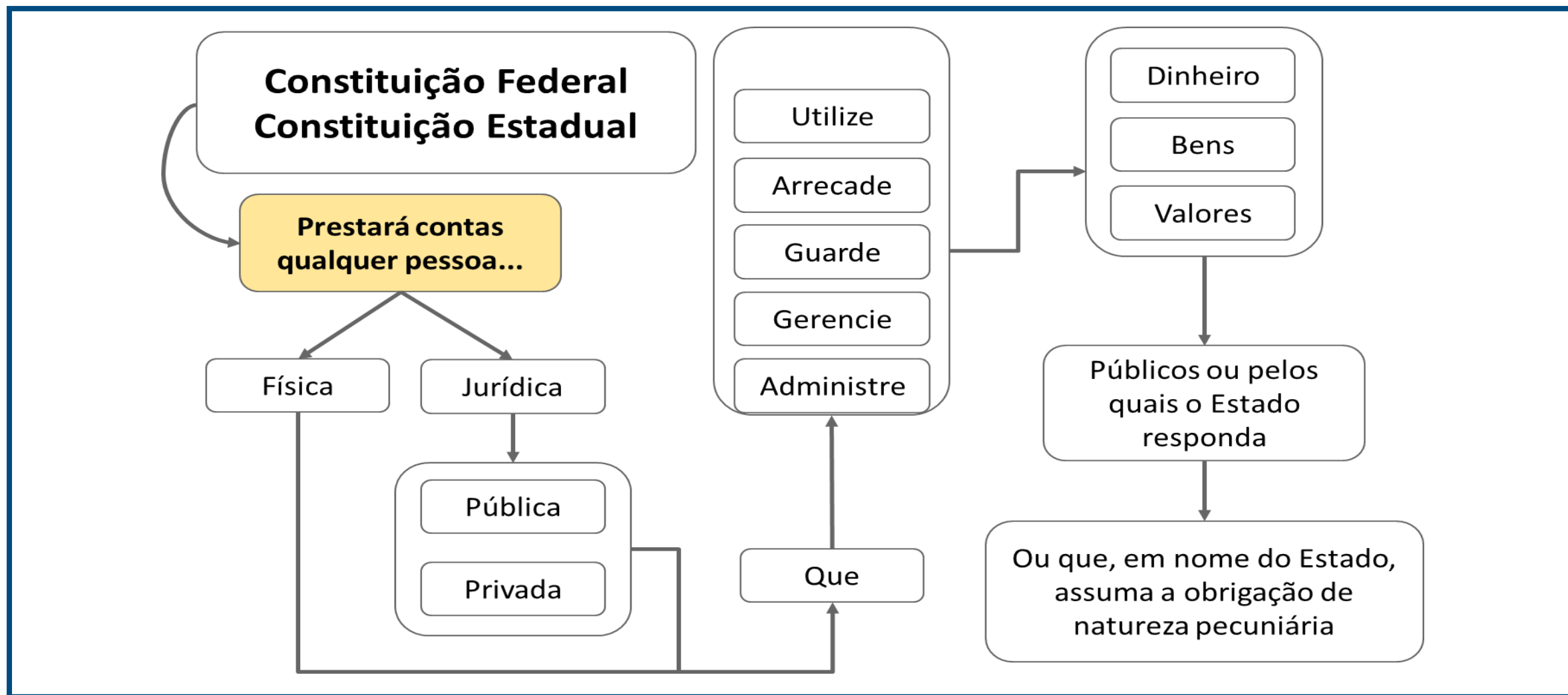
Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Constituição Estadual (Art. 29, § 2º):

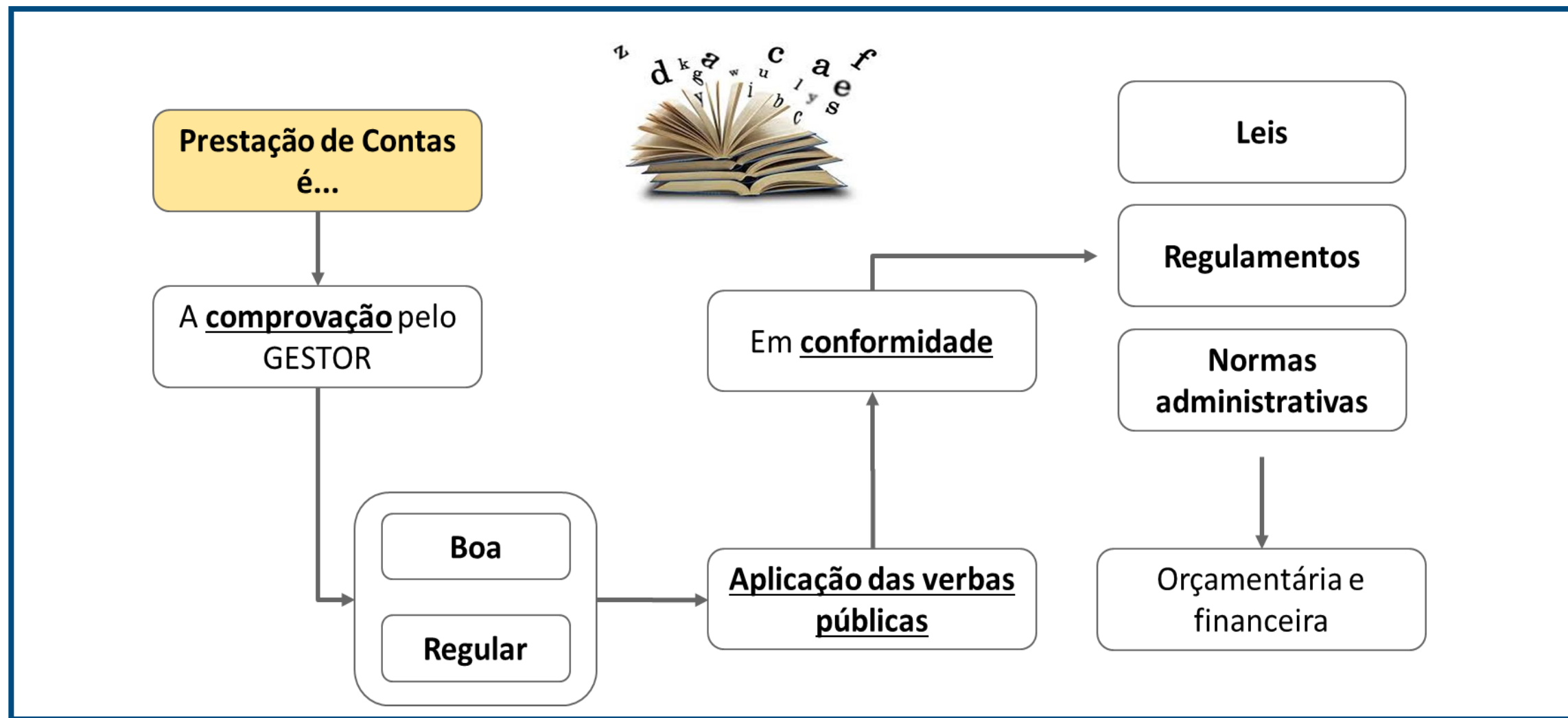
É obrigatória a prestação de contas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.



Prestação de Contas - COR



Prestação de Contas - COR



Prestação de Contas - COR

GESTÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS (GPC):

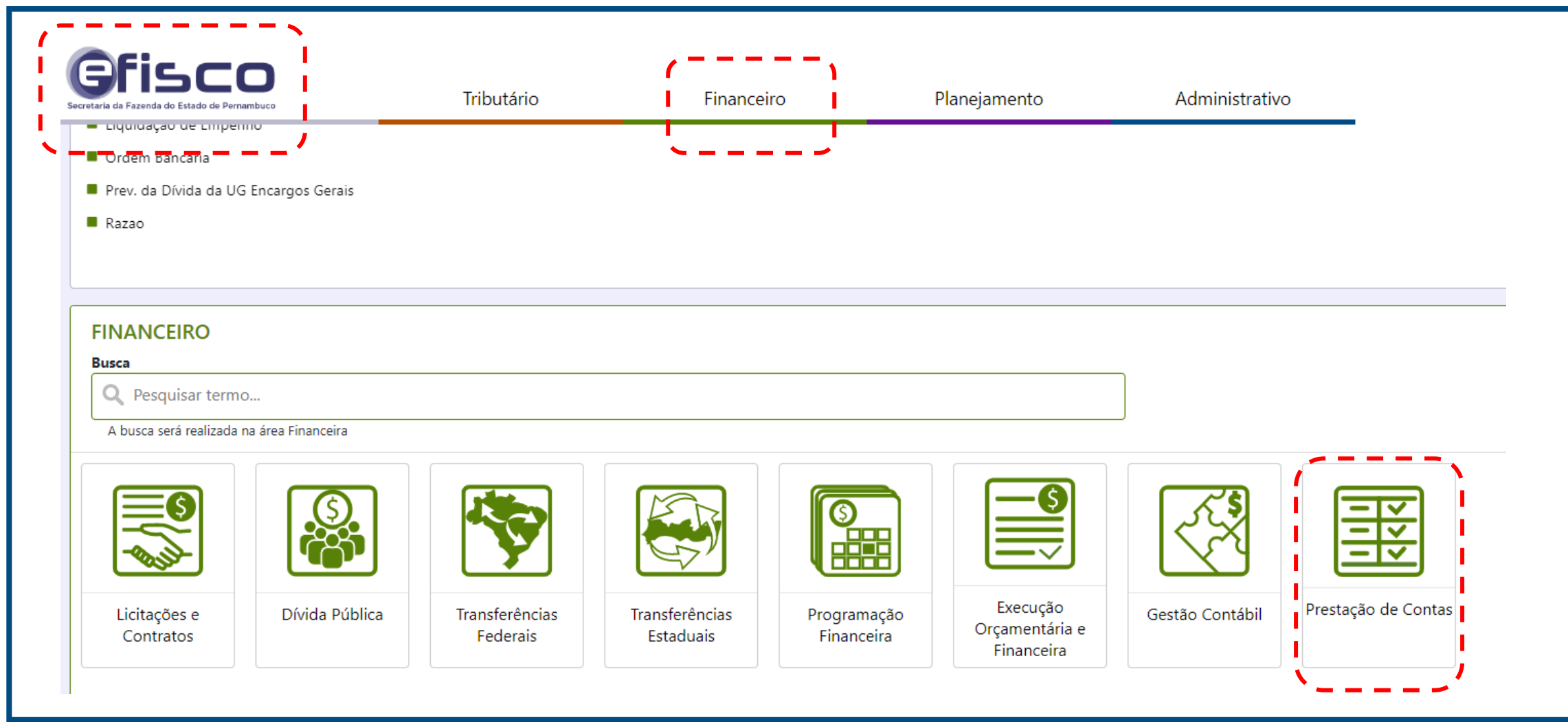
Atendimento e/ou suporte quanto ao uso do Módulo de Gestão de Prestação de Contas (GPC) no e-Fisco

Promoção de ajustes no processo de prestação de contas no Módulo GPC/e-Fisco

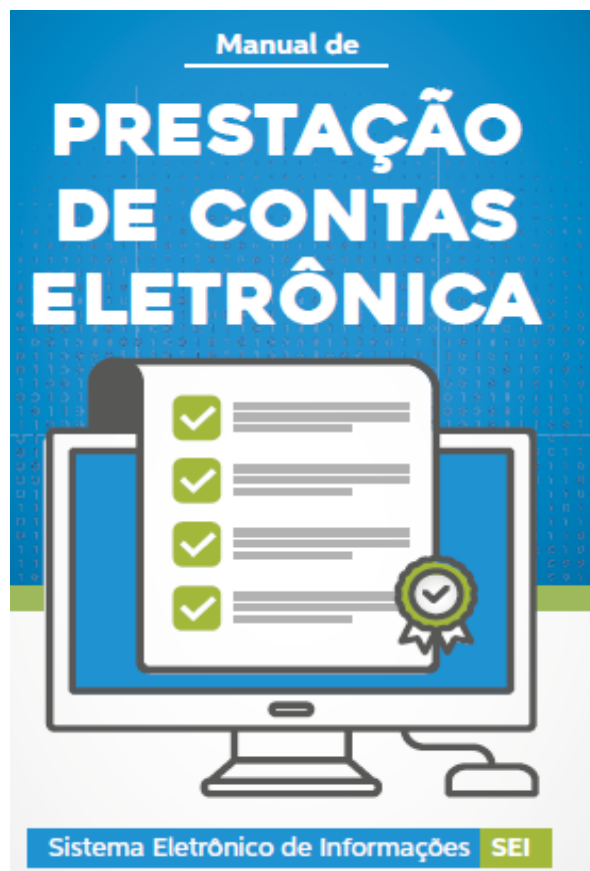
- Identificar melhorias
- Solicitar os ajustes a SEFAZ
- Realizar os testes das alterações realizadas
- Acompanhar a implementação das alterações



Prestação de Contas - COR



Prestação de Contas Eletrônica - COR



Por que a utilização de processos eletrônicos?

- ☐ Modernizar a tramitação de documentos;
- ☐ Diminuir o fluxo de papel;
- ☐ Melhorar a rastreabilidade dos documentos;
- ☐ Garantir a integridade da informação;
- ☐ Eliminar o uso de espaços físicos adicionais e custos inerentes à guarda de processos;
- ☐ Economizar com o transporte de documentos, a compra de papel e a impressão departamental.





Prestação de Contas Eletrônica - COR

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Estadual nº 49.919/2020.

- ❑ Determina a utilização do SEI como **ferramenta obrigatória para composição, análise e arquivamento dos processos de prestação de contas** no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- ❑ Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Estadual que ainda **não utilizem o SEI deverão**, até o início de vigência deste Decreto, **adequarem suas rotinas de trabalho para sua utilização.**



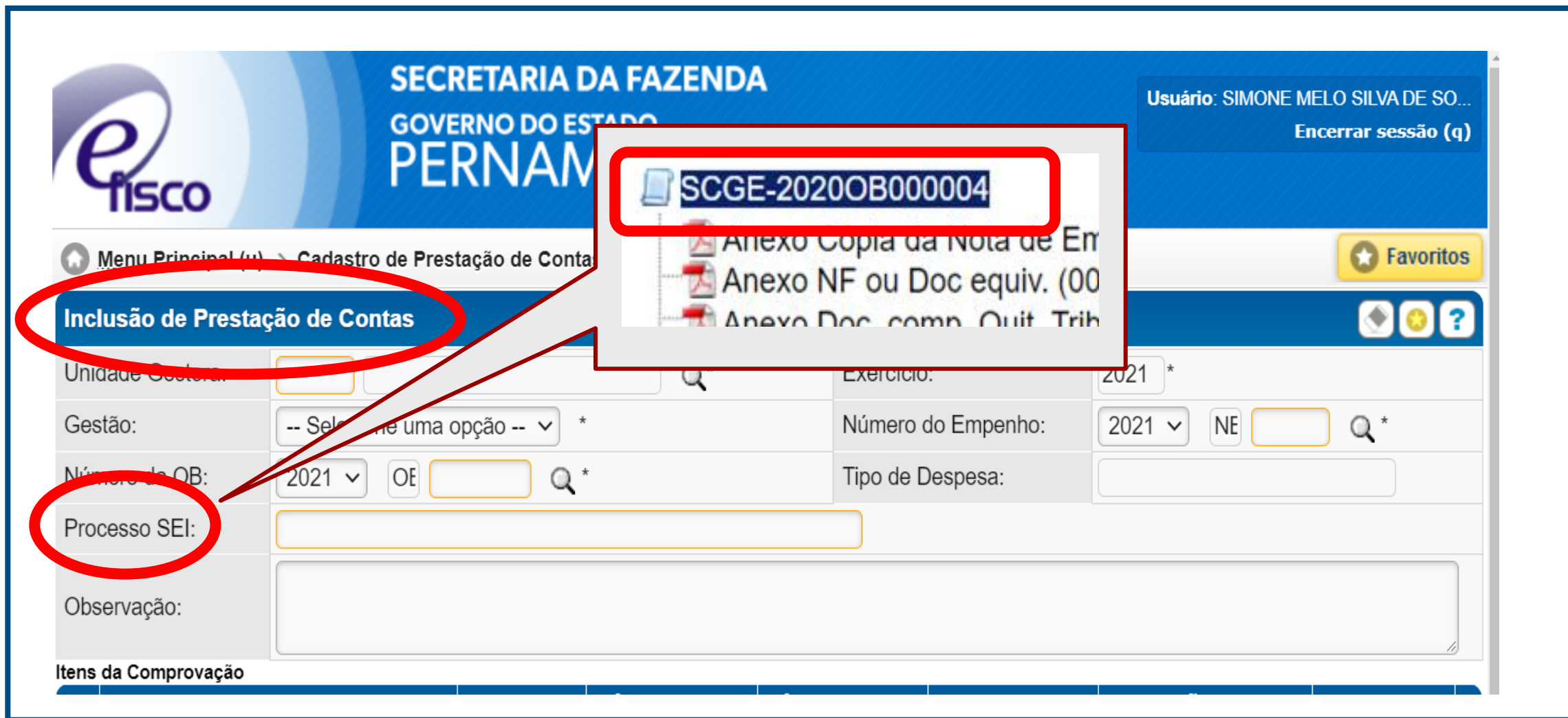
Prestação de Contas Eletrônica - COR

IMPORTANTE

Os dispositivos que tratam do processo de prestação de contas estabelecidos na Lei Estadual nº 7.741/78 permanecem válidos, uma vez que o processo de PC eletrônica apenas altera a forma de sua apresentação, do modelo físico para o eletrônico.



Prestação de Contas Eletrônica - COR



SECRETARIA DA FAZENDA
GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO

Usuário: SIMONE MELO SILVA DE SO...
Encerrar sessão (q)

Menu Principal (u) > Cadastro de Prestação de Conta

Inclusão de Prestação de Contas

Unidade Gestora:

Gestão: -- Selecione uma opção -- *

Número da OB: 2021 v OE *

Processo SEI:

Observação:

Exercício: 2021 *

Número do Empenho: 2021 v NE *

Tipo de Despesa:

Itens da Comprovação

SCGE-2020OB000004

Anexo Cópia da Nota de Em

Anexo NF ou Doc equiv. (00

Anexo Doc comp. Quit Trib

Favorites





Prestação de Contas Eletrônica - COR

Inclusão do Documento de Itens da Comprovação

Unidade Gestora:	11080 SCGE	Exercício:	2021
Gestão:	00001 ADM. DIRETA	Número do Empenho:	2021 NE 000006
Número da OB:	2021 OE 000054	Tipo de Despesa:	NORMAL
Valor da OB:	1.205,40	Valor a Comprovar:	1.205,40
Tipo de Documento:	-- Selecione uma opção --	Data:	
Número:		Série:	
Fornecedor:	CNPJ 11.320.576/0001-52 SUPER ESTAGIOS LTDA	<input checked="" type="checkbox"/> Credor do Empenho	
Descrição:			

SCGE-2020OB000001

GOVPE - Atesto de Notas Fiscais Eletrônicas S

GOVPE - Atesto de Notas Fiscais Eletrônicas S

Nota Fiscal Nota Fiscal nº 1782 (9581087)

GOVPE - Despacho 9 (9581172)

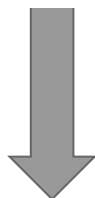
Documento SEI:

Itens do Empenho



Certidão de Prestação de Contas

sistema
CRPC



Sistema emissor de certidão (CRPC) para órgãos e entidades públicas e privadas que desejam comprovar, para formalização de convênios, acordos ou ajustes, a regularidade das prestações de contas de transferências voluntárias.



Unidade de Orientação - Resultados 2024

- ❑ 14.076 ACESSOS - PÁGINA DE ORIENTAÇÃO
- ❑ 95% DE SATISFAÇÃO das orientações realizadas
- ❑ 788 ATENDIMENTOS Eletrônicos
- ❑ 27 ATENDIMENTOS PRESENCIAIS realizados
- ❑ 391 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO (NT, Orientação Técnica, Suporte GPC)
- ❑ 25 BOLETINS INFORMATIVOS publicados
- ❑ 14 CURSOS DE CAPACITAÇÃO MINISTRADOS
- ❑ MANUAL DE CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (atualização)
- ❑ 8.853 ACESSOS - SISTEMA CRPC



Coordenadoria de Orientação e Prestação de Contas

Unidade de Prestação de Contas de
Governo - UPCG



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCA**
ESTADO DE MUDANÇA



Fluxo Prestação da Contas de Governo (PCGov)



Atender às recomendações

Plano de ação

Monitoramento CONTÍNUO

4 Apreciar Defesa

Parecer Prévio

Prazo indefinido

3 Elaborar Defesa

Nota técnica de contrarrazões

30 + 15 dias

2 Auditoria TCE

Relatório

Prazo indefinido

1

Reunir

Documentação

Composição

PCGov

60 dias após abertura da sessão legislativa

SCGE e demais UGs

TCE

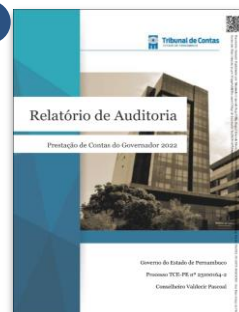
SCGE e demais UGs

TCE

Áreas Técnicas (UG):
Produz e valida as informações.

UCI (UG): Consolida e Monitora

Dirigente máximo:
Assina e envia as informações.



Composição da PCGOV

Elaboração da Prestação de Contas da Governadora

SOLICITA

- 1** Solicitar aos Órgãos os documentos exigidos na Resolução do TCE/PE nº 111/2020 para compor a PCGov.

MONITORA

- 2** Monitorar os documentos recebidos quanto à conformidade com a Resolução do TCE/PE

ELABORA

- 3** Elaborar o demonstrativo de acompanhamento das recomendações do TCE/PE

ENVIA

- 4**
- Inserir os documentos no sistema e-TCE
 - Monitorar as assinaturas dos responsáveis, e
 - Enviar a PCGov

Link: [Resolução TC nº 111/2020](#)





Documentos e Responsáveis pela Composição da PCGov

DOCUMENTOS	QUEM ASSINA
I - ofício de encaminhamento	Governador
II - Balanço Geral do Estado (SEFAZ)	Governador + Secretário da Fazenda do Estado + Contador Geral do Estado
III – relatório consolidado das auditorias internas realizadas no exercício, bem como avaliações realizadas (SCGE/DAUD)	Governador OU Secretário da Controladoria
IV - relatório sobre a execução dos programas prioritários definidos no PPA e na LOA (SEPLAG)	Governador OU Secretário de Planejamento e Gestão
V - relação dos contratos de gestão e dos termos aditivos vigentes no exercício (SCGE/DCON)	Presidente da ARPE + Secretário de Saúde + Governador OU Secretário da Controladoria
VI - relação dos termos de parcerias e dos aditivos vigentes no exercício (SCGE/DCON)	Presidente da ARPE + Governador OU Secretário da Controladoria





Documentos e Responsáveis pela Composição da PCGov

DOCUMENTOS	QUEM ASSINA
VII - demonstrativo de acompanhamento das recomendações emitidas pelo TCE-PE (SCGE /DIPC)	Governador OU Secretário da Controladoria
VIII - demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (SEFAZ)	Governador + Contador Geral do Estado
IX - relatório consolidado anual do conjunto de concessões e das ações implementadas no âmbito do plano ou do programa estadual (SEPE/PE)	Presidente do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas + Governador OU Secretário da Controladoria
X - mapa demonstrativo consolidado de concessões e PPPs realizadas/vigentes no exercício (SEPE/PE)	Presidente do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas + Governador OU Secretário da Controladoria
XXII - parecer do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social acerca da prestação de contas dos recursos do Fundeb (SEDUC)	Governador OU Secretário da Controladoria





Sistema e-TCE

etce.tce.pe.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam

Expresso SCGE – Site da Secr... e-Aud e-TCEPE: Consulta P... e-TCEPE: Painel do... Auditoria – SCGE https://conecta.scge... SCGE - Gente e Ges... PC Gov | Dani Mara... e-Fisco Todos os favoritos

eTCEPE

Pesquisa

Filtros

Exercício*
2021

Esfera*
Estadual

Unidade Jurisdicionada
Governo do Estado de Pernambuco

Status de Entrega
[Todos]

Pesquisar Limpar

Unidades Jurisdicionadas

EXERCÍCIO	TIPO
2021	Prestação de Contas / Governo

eTCEPE

Pesquisa Detalhes

Dados Gerais

Exercício	Esfera	Data de Envio	Status de Entrega	Tipo de Prestação de Contas	Número do Processo	Relator	Localização atual
2021	Estadual	04/04/2022	Entregue no Prazo	Governo	22100604-7	DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR	

Estágio do processo
Julgado (publicado)

Documentos

Baixar documentos selecionados

		Classificação	Descrição	Data de Inclusão	Nome
<input type="checkbox"/>	📄	Certidão de Publicação	Certidão de Publicação	08/01/2025	Certidão de Publicação
<input type="checkbox"/>	📄	Parecer Prévio	Parecer Prévio	07/01/2025	Parecer_Previo.pdf
<input type="checkbox"/>	📄	Inteiro Teor da Deliberação	ITD	07/01/2025	ITD.pdf
<input type="checkbox"/>	📄	Despacho de Resposta à Solicitação Interna	Despacho	18/09/2023	
<input type="checkbox"/>	📄	Solicitação Interna	Solicitação Interna para Tribunal Pleno	18/09/2023	
<input type="checkbox"/>	📄	Despacho	Despacho Fim de Instrução	18/01/2023	
<input type="checkbox"/>	📄	Defesa Prévia	CONTRARRAZÕES 2021 - PCGOV	17/01/2023	CONTRARRAZÕES 2021 - PCGOV.pdf
<input type="checkbox"/>	📄	Ofício de Notificação Defesa Prévia	Ofício de Notificação Defesa Prévia para Paulo Henrique Saraiva Câmara	05/12/2022	
<input type="checkbox"/>	📄	Despacho de Resposta à Solicitação Interna	Resposta à solicitação interna - autorização para notificação	02/12/2022	
<input type="checkbox"/>	📄	Solicitação Interna	Solicitação Interna para Gabinete de Conselheiro 06	01/12/2022	
<input type="checkbox"/>	📄	Relatório de Auditoria	Relatório de Contas do Governador 2021.pdf	11/10/2022	Relatório de Contas do Governador 2021.pdf
<input type="checkbox"/>	📄	Documento Fornecido por Participante (incluído pelo TCE)	Anexo 2 ao Ofício nº 897_2022-GAB_SEE-PE	28/09/2022	Anexo 2 ao Ofício nº 897_2022-GAB_SEE-PE.xlsx

Link:

<https://etce.tce.pe.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>



Auditoria do TCE/PE



Receber as solicitações do TCE para a atividade de Auditoria na PC GOV.

Solicitar informações e acompanhar as respostas dos Órgãos.

Enviar ao TCE as respostas.



RELATÓRIO DE AUDITORIA DO TCE





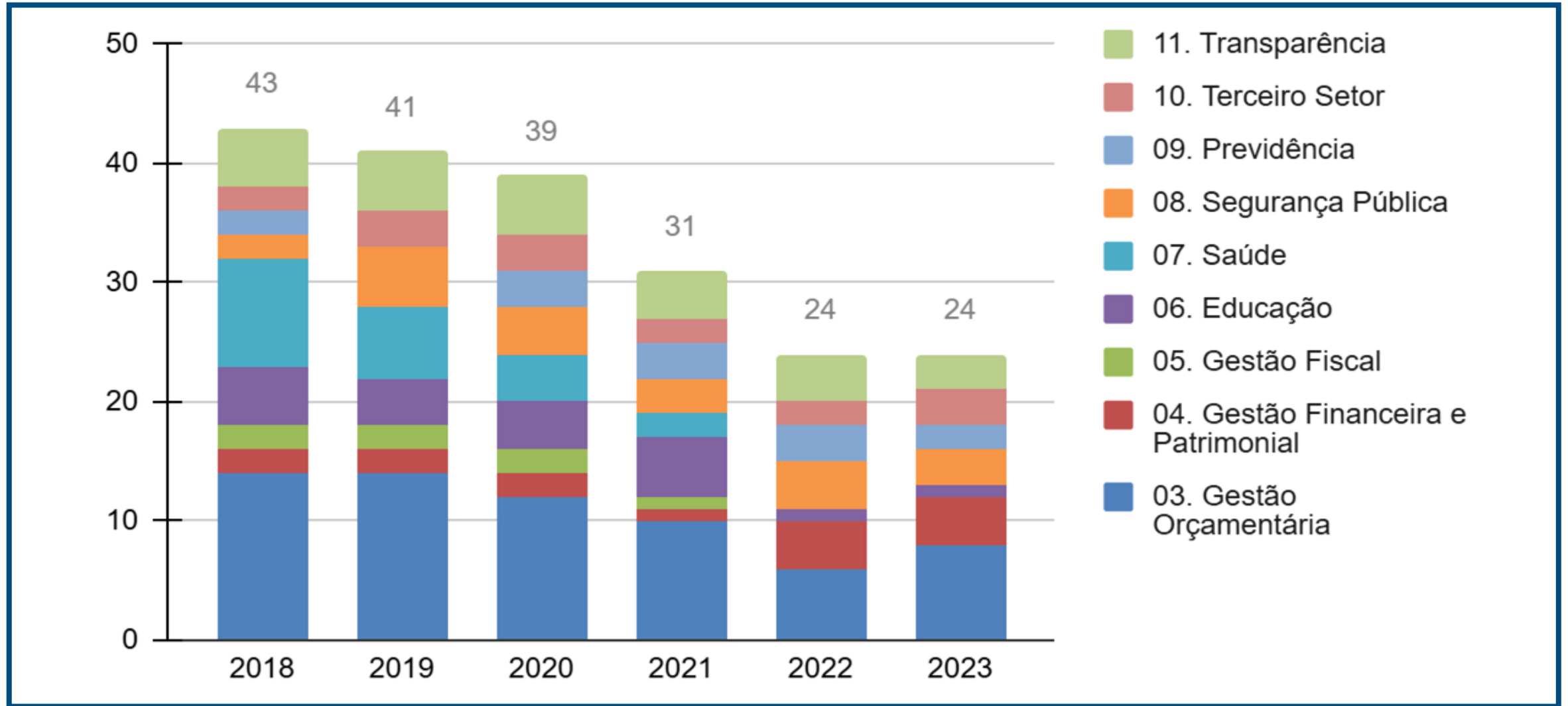
Relatório de Auditoria do TCE/PE

1. Conjuntura Socioeconômica
2. Gestão Administrativa
3. Gestão Orçamentária
4. Gestão Financeira e Patrimonial
5. Gestão Fiscal
6. Educação
7. Saúde
8. Segurança Pública
9. Previdência
10. Terceiro Setor
11. Transparência
12. Resumo Limites
13. Monitoramento das Recomendações
14. Encaminhamentos



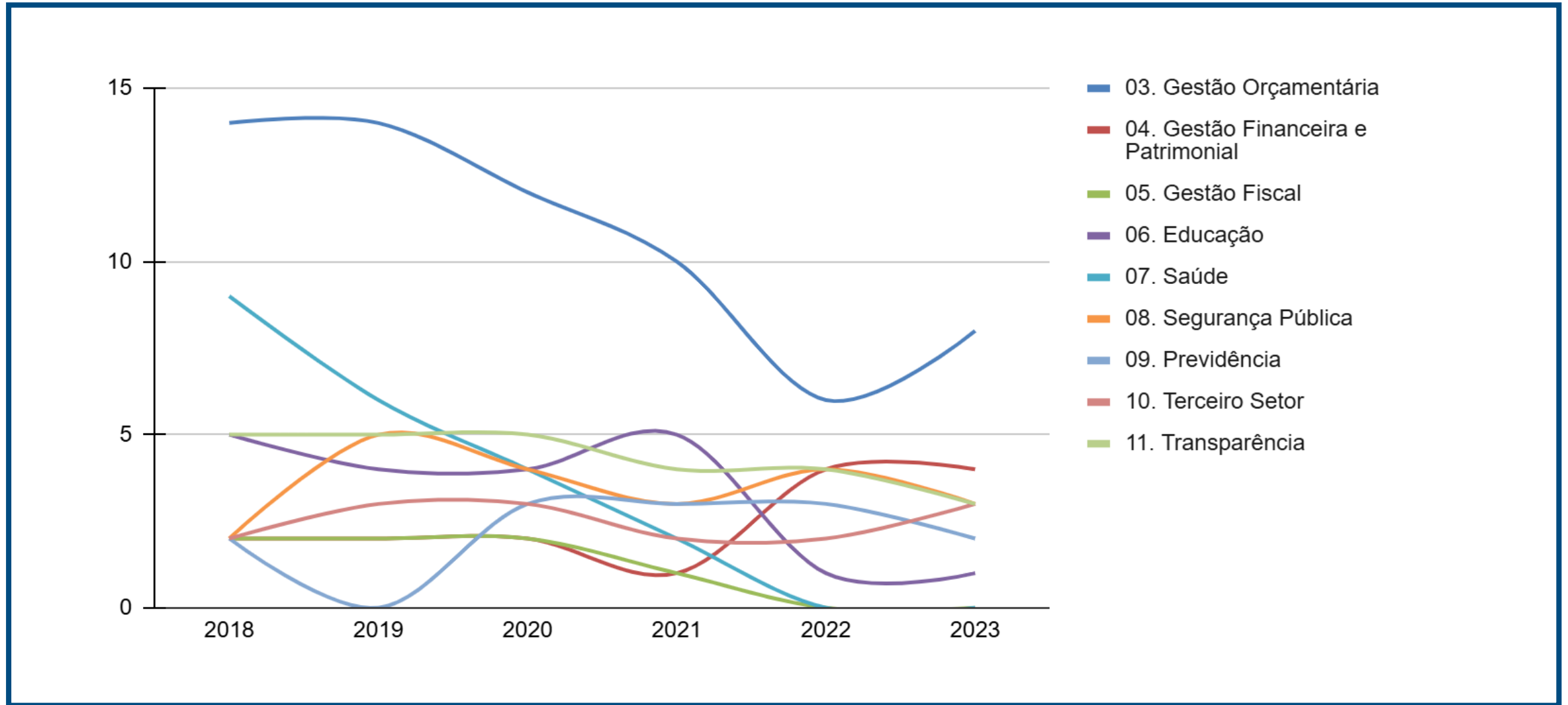


Número de recomendações por tema





Número de recomendações por tema



Contrarrazões

1. Análise do Relatório de Auditoria do TCE referente a PC GOV.
2. Solicitação, aos órgãos responsáveis pelo tema, de posicionamento quanto aos achados e recomendações apontados pelo TCE no Relatório
3. Monitoramento e análise das respostas recebidas
4. Elaboração de Nota Técnica consolidando as respostas recebidas





Parecer Prévio das Contas de Governo

- Compete ao Pleno do TCE apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, emitindo parecer prévio, a ser elaborado em 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Estadual (Art. 2 e 102 da Lei Orgânica do TCE nº 12.600/2004.)
- O TCE emitirá, conforme o caso, deliberação pela emissão de Parecer Prévio recomendando a rejeição ou aprovação, com ou sem ressalva, nas contas dos Chefes do Executivo Estadual, para apreciação final pelo Poder Legislativo (Art. 70 da Lei Orgânica do TCE nº 12.600/2004.)

1ª SESSÃO ESPECIAL PRESENCIAL DO PLENO REALIZADA EM 04/12 /2024

PROCESSO TCE-PE Nº 22100604-7
RELATOR: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR
MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas - Governo
EXERCÍCIO: 2021
UNIDADE(S) JURISDICIONADA(S): Governo do Estado de Pernambuco

INTERESSADOS:

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA

ÓRGÃO JULGADOR: PLENO
PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL

PARECER PRÉVIO

CONTAS DE GOVERNO. LIMITES CONSTITUCIONAIS. LIMITES LEGAIS. CUMPRIMENTO. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS. ORÇAMENTO. PATRIMÔNIO. RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL. MONITORAMENTO RECOMENDAÇÕES. PARECER PRÉVIO. APROVAÇÃO.

1. Cumprimento dos limites constitucionais da saúde, na manutenção e desenvolvimento do ensino, e legal da remuneração dos profissionais da educação básica, bem como do volume de operações de crédito no exercício e do nível de endividamento;

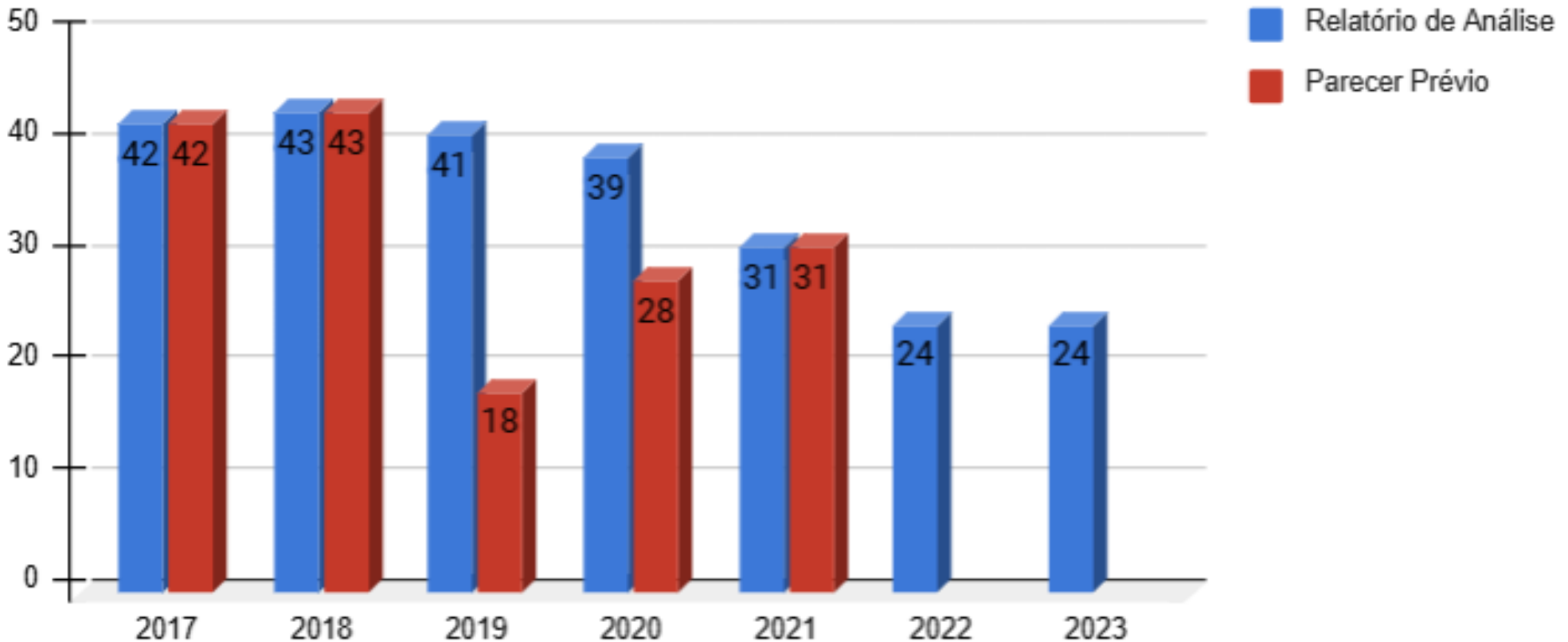
2. O Balanço Geral do Estado, que contempla os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, foi elaborado de acordo com as regras previstas na legislação, em especial a Lei nº 4.320 /1964;

3. Demonstrativos e relatórios fiscais observaram as normas de regência, notadamente a Lei Complementar nº





Parecer Prévio das Contas de Governo





Acompanhamento das recomendações

Decreto Estadual Nº 55.207, de 22/08/2023.

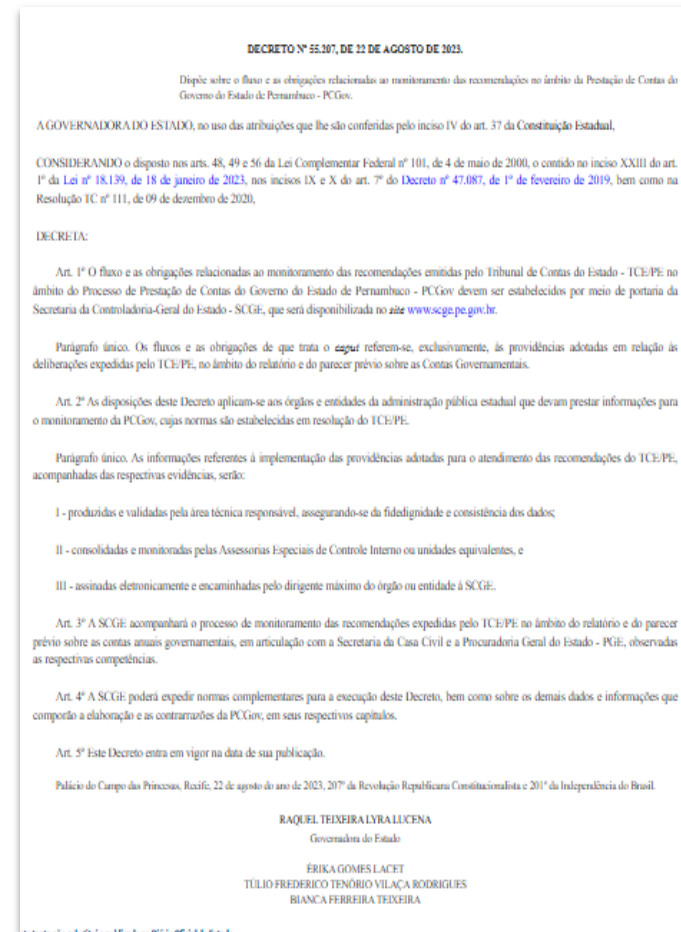
Dispõe sobre o fluxo e as obrigações relacionadas ao monitoramento das recomendações no âmbito da PCGov.

Parágrafo único do Art. 2º

As informações referentes à implementação das providências adotadas para o atendimento das recomendações do TCE/PE, acompanhadas das respectivas evidências, serão:

- I - produzidas e validadas pela área técnica responsável, assegurando-se da fidedignidade e consistência dos dados;
- II - consolidadas e monitoradas pelas Assessorias Especiais de Controle Interno ou unidades equivalentes, e
- III - assinadas eletronicamente e encaminhadas pelo dirigente máximo do órgão ou entidade à SCGE.

link: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=73888&tipo=>

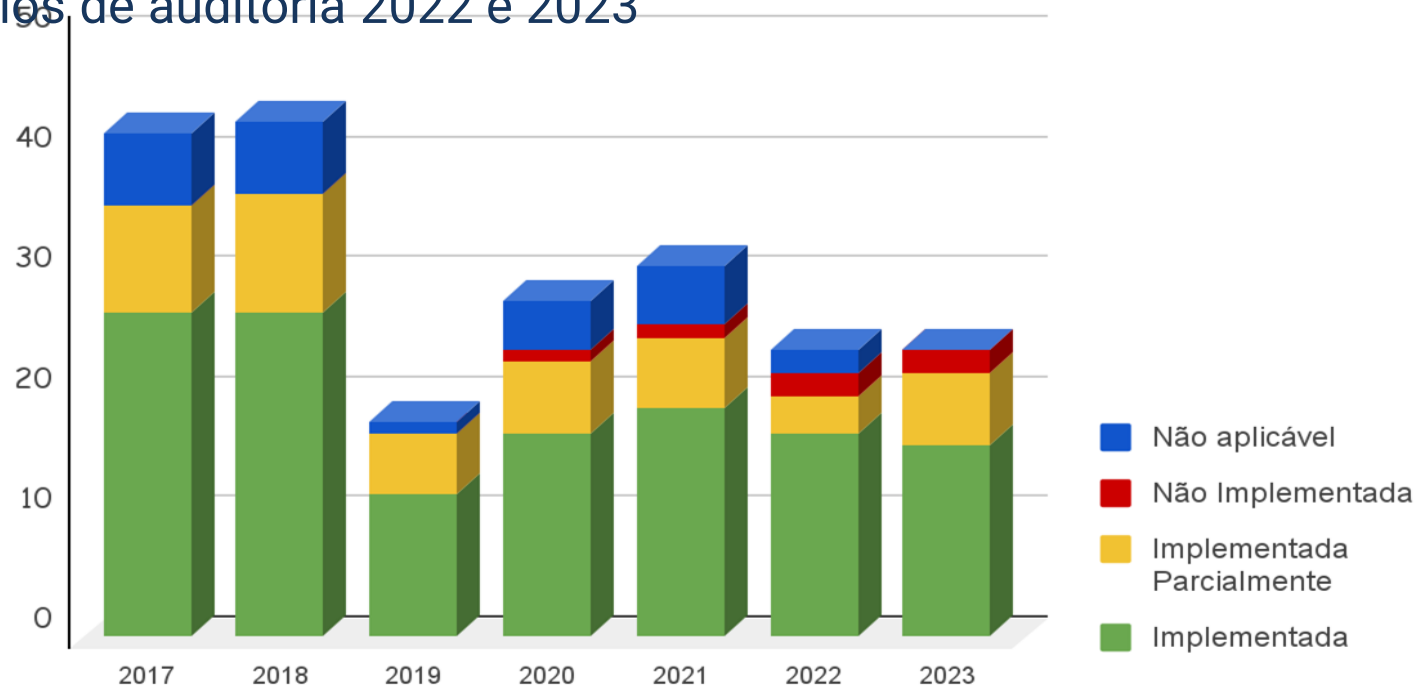




Acompanhamento das recomendações

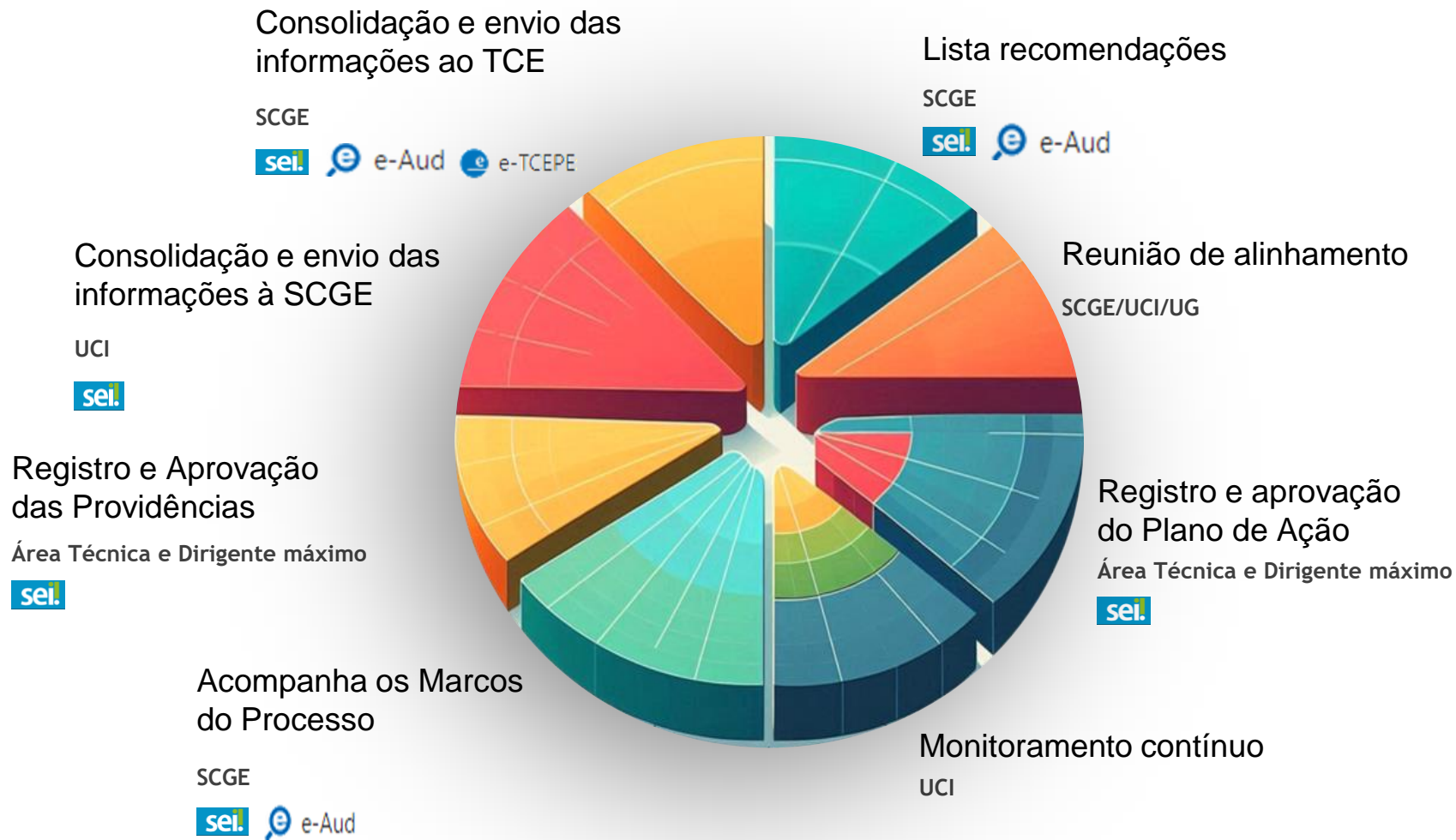
Visualização do acompanhamento dos status de implementação das recomendações emitidas:

- nos pareceres prévios de 2017 a 2021, e
- nos relatórios de auditoria 2022 e 2023





Acompanhamento das recomendações



Fluxo do acompanhamento de implementação



até 3 dias



até 30 dias



até 60 dias*



**Reunião de
alinhamento**

Solicitações

Plano de Ação

**Conclusão das
ações descritas no
plano de ação**

A SCGE solicita
informações/plano de
ação e envia:

- Demonstrativo de recomendações pendentes de implementação, e
- Modelo de plano de ação

A UG envia plano de
ação através de
formulário específico
no sistema SEI.

A UG envia as
evidências de
conclusão das ações
à SCGE.





Implantação do sistema e-CGU

e-CGU



O **e-CGU** (atual denominação do sistema **e-Aud**) é o sistema desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU) para **gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental**. O sistema integra, em uma única plataforma eletrônica, todo o processo de auditoria, desde o planejamento das ações de controle até o monitoramento das recomendações emitidas e o registro dos benefícios.

A cessão do direito de uso do Sistema e-CGU é não onerosa para as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) do Poder Executivo Federal que manifestem interesse, nos termos da [Portaria Normativa CGU nº 5, de 23 de março de 2022](#). Por ser um **sistema Web**, ele não precisa ser instalado nas máquinas nem de servidor para o armazenamento dos dados. Para utilizá-lo basta acessá-lo pela internet.





Implantação do sistema e-CGU

e-CGU

Pesquisa de Monitoramentos

Filtros aplicados:

Tabela Gráficos

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Id	Título	Unidade Auditada	Texto do Monitoramento	Providência
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	#1797784	TC_PCGov_2023_Gestão Financeira e Patrimonial_RA_R.11	SEFAZ/GOVPE	Inscriver em Restos a Pagar não Processados as despesas que inquestionavelmente se prendem ao exercício corrente, mas que ainda não tiveram cumpridos os atos administrativos necessários à fase da liquidação, em respeito à correção e integridade dos registros contábeis, à responsabilidade fiscal e aos princípios contábeis da competência e prudência e evitando, com isso, a ocorrência excessiva de Despesas de Exercícios Anteriores nos anos seguintes. (item 4.3.1.1).	
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	#1784786	TC_PCGov_2023_Terceiro Setor_RA_R.19	SEFAZ/GOVPE	Criar, no sistema e-Fisco, item de gasto específico para as transferências efetuadas às Organizações Sociais para a realização de despesas de capital (natureza de despesa 4.4.50.85), à semelhança do efetuado em janeiro/2024 para as despesas correntes (natureza 3.3.50.85), visando à transparência da movimentação financeira àquelas organizações e das aplicações finais pretendidas (item 10.5).	
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	#1784783	TC_PCGov_2023_Terceiro Setor_RA_R.18	SES/GOVPE	Registrar corretamente as transferências para as Organizações Sociais de Saúde e das demais áreas, subordinadas a contratos de gestão, na natureza de despesa 3.3.50.85, escolhendo o item de gasto de acordo com área de atuação da OS (item 10.5).	
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	#1784746	TC_PCGov_2023_Educação_RA_R.13	SEE/GOVPE	Implementar ações de monitoramento e apoio às escolas da rede estadual de ensino, buscando identificar e corrigir as causas das quedas nas notas do Ideb observadas em determinados municípios do estado (item 6.6.2).	
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	#1784740	TC_PCGov_2023_Gestão Financeira e Patrimonial_RA_R.12	SEFAZ/GOVPE	Aplicar titulação específica para a conta contábil 1.2.1.3.1.08.01 (que em 31/12/2023 abrangia os ativos garantidores do FUNAPREV) ou criar conta contábil específica no Ativo de Longo Prazo visando destacar a incomunicabilidade dos recursos ali disponíveis frente aos demais ativos (item 4.2.2).	
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	#1784734	TC_PCGov_2023_Gestão Orçamentária_RA_R.08	SETCO/SCGE/GOVPE	Promover conciliação periódica entre o sistema e-Fisco e o Sistema de Cálculo de Precatórios do TJPE para evitar divergências nos saldos e garantir a precisão das informações (item 3.6).	
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	#1784730	TC_PCGov_2023_Gestão Orçamentária_RA_R.07	SETCO/SCGE/GOVPE	Alinhar o planejamento orçamentário e os controles internos à arrecadação efetiva, notadamente para a CIDE, evitando déficits e assegurando o cumprimento das finalidades específicas de cada fonte de recurso (item 3.3.2).	

🔖 📄 🔍 📥





PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE PERNAMBUCO

INÍCIO | DESPESAS | RECEITAS | RECURSOS HUMANOS | LICITAÇÕES E CONTRATOS | RESPONSABILIDADE FISCAL | GESTÃO ESTADUAL | PARTICIPAÇÃO

Início » Responsabilidade Fiscal » Prestação de Contas

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nesta seção, você encontra informações detalhadas sobre a prestação de contas do Governo do Estado de Pernambuco, incluindo o relatório anual, parecer prévio, julgamento das contas e o Relatório de Ação de Governo – RAG.



RELATÓRIO ANUAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Consulte o Relatório Anual e Balanço Geral do Estado que demonstra os resultados patrimoniais e fiscais do Governo do Estado, por meio de



PARECER PRÉVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Conheça a análise técnica sobre a qualidade do gasto público emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com a conclusão pela



JULGAMENTO DAS CONTAS DE GOVERNO

Conheça as resoluções da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) contendo a aprovação ou rejeição das contas do Governo do Estado de Pernambuco.

Link: <https://transparencia.pe.gov.br/responsabilidade-fiscal/prestacao-de-contas/>



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE

Obrigado!

Aguardamos vocês na DIPC!



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCA**
ESTADO DE MUDANÇA